

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

VICTORIA URBINI

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
EM MOGI GUAÇU: Uma análise sob a ótica de gênero.**

CAMPINAS
2020

VICTORIA URBINI

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
EM MOGI GUAÇU: Uma análise sob a ótica de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liasch Martins de Sá.

CAMPINAS
2020

VICTORIA URBINI

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
EM MOGI GUAÇU: Uma análise sob a ótica de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liasch Martins de Sá.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof.^a Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá

Prof.^a Dra. Carla da Silva

Prof.^a Dra. Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo

Campinas, _____ de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo é fruto de diversas discussões e trocas de múltiplos saberes que se materializaram através da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Desta forma, gostaria de registrar um agradecimento especial aos que estiveram ligados diretamente neste processo. Primeiramente à minha mãe Priscila, que me incentivou a estudar e sempre esteve ao meu lado no processo de escuta e acolhimento em momentos de exaustão física e mental.

Agradeço a meu pai Roberto, que me proporcionou o privilégio de cursar uma faculdade.

À minha professora e orientadora Jeanete Liasch, pelas trocas de conhecimentos, carinho e respeito. Seu apoio e escuta tornou-se fundamental para a construção desta monografia.

A todas as professoras que auxiliaram no processo de transformação social e humana da minha vida, em especial à professora Carla da Silva, a qual me incentivou demasiadamente quanto aos estudos de gênero.

Às colegas de classe que integraram na pluralidade de saberes, transformando toda essa trajetória mais harmônica diante de inúmeros desafios, especialmente à minha amiga Luana.

Às profissionais de Serviço Social que atravessaram minha caminhada em todos esses anos, compartilhando experiências e aprendizados.

Termino agradecendo a mim, por ter conseguido concluir mais um ciclo entre as diversas lutas e desafios travadas na cotidianidade da graduação, alcançando uma conquista tão significativa.

RESUMO

URBINI, Victoria. **MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM MOGI GUAÇU: Uma análise sob a ótica de gênero.** 2020. 100f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2020.

Neste presente estudo propomos compreender a cotidianidade das mulheres em situação de rua, explicitando a transversalidade da(s) violência(s). Desta forma, é abordada a organização patriarcal estrutural, como produto de uma construção sócio-histórico-cultural, que legitima a hierarquia e desigualdade entre os gêneros, além de uma investigação sobre as políticas sociais voltadas a este segmento social e à intervenção profissional do Serviço Social frente a determinada expressão da questão social. Para tal fim, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema e como instrumento optamos pela realização de entrevistas com mulheres em situação de rua e também com duas profissionais do Serviço Social, sendo utilizada a metodologia qualitativa de caráter exploratório-descritivo. É possível apontar que a abjeção articula-se ao preconceito, à violência, ao silenciamento e à invisibilidade da questão de gênero para a manutenção do *status quo*. Quanto à atuação profissional, constatamos a necessidade de apropriação da questão de gênero, uma vez que se constitui como manifestação da questão social, dotada de relações de poder e desigualdade. Neste sentido, torna-se evidente o engajamento de um debate alicerçado na garantia de direitos e Políticas Sociais.

Palavras-Chave: Mulher em situação de rua, questão social, organização social patriarcal, políticas sociais, Serviço Social.

ABSTRACT

URBINI, Victoria. **HOMELESS WOMEN AND THE SOCIAL SERVICE INTERVENTION IN MOGI GUAÇU: An analysis from the perspective of gender.** 2020. 100f. Monography (Undergraduate) - Faculty of Social Work. Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas, 2020.

In this study we propose to understand the daily lives of homeless women, explaining the transversality of the violence (s). Thus, is discussed in terms of structural patriarchal organization, as a product of a socio-historical-cultural construction, which legitimizes hierarchy and inequality between genders, in addition to an investigation of social policies aimed at to this social segment and the professional intervention of Social Service in the face of particular social issue. For this purpose, bibliographic research was carried out on the topic and as an instrument we chose to conduct interviews with homeless women and also with two professionals from the Service Social, using the qualitative methodology of an exploratory- descriptive. It is possible to point out that abjection is linked to prejudice, violence, silencing and the invisibility of the gender issue for the maintaining the status quo. As for professional performance, we note the need to take ownership of the gender issue, since it constitutes as a manifestation of the social issue, endowed with relations of power and inequality. In this sense, the engagement of a debate is evident grounded in guaranteeing social rights and policies.

Keywords: Homeless women, social issues, patriarchal social organization, social politics, social service.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO.....	9
2.1	Gênese do Patriarcado: breve historização.....	9
2.2	Gênero.....	13
2.2.1	Movimento Feminista: momentos históricos.....	18
3	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
3.1	A origem da Questão Social.....	23
3.2	População em Situação de rua.....	29
3.3	Mulheres em Situação de rua.....	38
3.4	Ordem Patriarcal de Gênero e Serviço Social.....	49
3.5	A intervenção do Assistente Social junto à População em Situação de Rua.....	53
4	APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS.....	59
4.1	Metodologia da pesquisa.....	59
4.2	Caracterização do município de Mogi Guaçu.....	60
4.3	Perfil das entrevistadas.....	61
5	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A TRANSVERSALIDADE DA(S) VIOLÊNCIA(S) NO COTIDIANO.....	62
5.1	Análise das entrevistas com as mulheres em situação de rua.....	62
5.2	Análise das entrevistas com assistentes sociais.....	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	90
	ANEXOS.....	98

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo fundamenta-se na imprescindibilidade de visibilidade e compreensão da heterogeneidade e especificidade das mulheres em situação de rua, evidenciando as desiguais condições de hierarquias e poder, determinadas através das singularidades de gênero. Constitui-se teoricamente na relação do Serviço Social com estudos interdisciplinares e de gênero, além da pesquisa de campo com teor qualitativo de caráter exploratório-descritivo, abordando oito mulheres em situação de rua e duas profissionais de serviço social que atuam em Políticas sociais voltadas a este segmento social.

As expressões da questão social que perpassam a cotidianidade das mulheres em situação de rua se caracterizam como um desafio profissional, tendo em vista que são invisibilizadas inclusive nas Políticas Sociais. Tal contexto desvela a face perversa do sistema capitalista, evidenciando as contradições de raça, classe e gênero, portanto a invisibilidade e a violência tornam-se um mecanismo de *status quo*. Sendo assim, pretende-se problematizar os papéis patriarcais normativos às mulheres construídos socialmente, investigando as opressões de gênero nas ruas e explicitando o papel do Serviço Social frente a determinada realidade.

Buscando corresponder aos objetivos deste estudo, bem como à compreensão estruturada do que se pretende abordar, houve a divisão do texto em quatro capítulos. No primeiro - Ordem patriarcal de gênero - apresentamos as construções históricas sobre a relação desigual de gênero, sendo atravessada pela hierarquia de poder, fundamentada pela ordem patriarcal e legitimada através dos papéis normativos aos gêneros.

No segundo capítulo - Mulheres em situação de rua e políticas públicas - buscamos manifestar alguns apontamentos históricos sobre a origem da questão social e a gênese da população em situação de rua. Através da caracterização da heterogeneidade desse segmento social relacionamos a abjeção da questão de gênero nas ruas, evidenciando a desumanização, o preconceito, o silenciamento e a invisibilização. Desta forma, explicitamos a necessidade de aproximação enquanto categoria profissional à questão de gênero, uma vez que tal adversidade perpassa por todas as Instituições e se legitima na sociedade capitalista. Por fim, abordamos as

Políticas Sociais voltadas para o determinado segmento social e a atuação interdisciplinar do Serviço Social inserido nas equipes dos serviços.

No terceiro capítulo - Apresentação e metodologia das entrevistas - identificamos a metodologia utilizada, a caracterização do município de Mogi Guaçu/SP, sendo este o território de estudo e apresentamos uma síntese do perfil das mulheres em situação de rua que foram entrevistadas.

Por fim, no quarto capítulo - Mulheres em situação de rua e a transversalidade da(s) violência(s) no cotidiano - analisamos através dos dados obtidos, nos discursos das entrevistadas, a cotidianidade nas ruas, sendo esta atravessada por múltiplas faces da violência, os impasses e percalços que envolvem a realização da denúncia, a dialética entre resistência e opressão e a experiência com as políticas de assistência social e saúde. Posteriormente, averiguamos os relatos das profissionais de serviço social, pontuando e parafraseando o parecer sobre gênero, vulnerabilidade social e serviço social, as ações para garantia de direitos às mulheres em situação de rua e por fim, os desafios e possibilidades de atuação profissional.

Sendo assim, manifestamos através deste estudo a imprescindibilidade de aproximação da questão de gênero com o serviço social, uma vez que encontram-se engendradas nas relações sociais a transversalidade de violência, e a inexistência de políticas sociais para as mulheres em situação de rua.

2 ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO

O sistema patriarcal estrutura as relações de gênero na sociedade. Produzida historicamente, é uma organização social que perpassa pelo âmbito privado e público, estabelecendo um discurso normativo de papéis, condutas, posições e modo de vida quanto aos gêneros, que resultam em violências e desigualdades.

2.1 Gênese do Patriarcado: breve historização

O patriarcado é uma estrutura social de poder presente na sociedade por décadas. Entende-se por patriarcado:

Organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril). (COSTA, 2008, s/p).

A hegemonia masculina transmitida pelos valores do patriarcado atribuiu um valor superior às atividades masculinas. Legitimou também o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina, estabelecendo papéis normativos sexuais e sociais nos quais o masculino possui diversas vantagens (MILLET, 1970; SCOTT, 1995).

Diferente da ideologia dominante, a subordinação da mulher não é algo natural ou biológico, ou seja, nada mais é do que uma construção sócio-histórico-cultural. O patriarcado possui como característica fundamental as relações de dominação e subordinação que não derivam da natureza, mas do processo de socialização organizacional entre homens e mulheres (TELES, 2002). Portanto, para compreendermos todas as construções e transformações das relações homem e mulher é necessário realizarmos a historicização e analisarmos as raízes do patriarcado.

As sociedades primatas foram as primeiras organizações sociais existentes, Rose Marie Muraro, em seus estudos antropológicos afirma que possivelmente nunca houve alguma organização social matriarcal, mas caracterizadas como matricêntricas ou matrilineares, que possui uma imensa distinção. Sua estrutura social era fluida e pacífica, ou seja, havia mais cooperação do que agressão, e o prestígio advinha da generosidade. A figura feminina era o centro e havia a harmonia e união das mulheres

com outras mulheres e com seus filhos. O que seria o oposto do patriarcado e suas estruturas de poder, por isso não convém chamar de matriarcado.

A mulher era considerada como essencial, devido sua capacidade de reprodução, já os homens, por sua vez possuíam grande devoção às mulheres pela capacidade de gerar uma vida e alimentá-los. Por conseguinte, eram tidas como seres especiais, poderosas, mágicas, quase divinas (SAFFIOTI, 2004).

O núcleo desses primórdios de sociedades humanas se constituíam em um conjunto de mães e filhos, com outras mães, irmãos e machos que quisessem agregar ao grupo. As crianças permaneciam com as mães, ou em caso de falecimento destas, as outras mulheres do grupo cuidavam. Quanto ao masculino, como estratégia de sobrevivência nestas organizações sociais, agiam de formas sociáveis e em relações de cooperação, uma vez que, as mulheres eram independentes e plantavam seus próprios alimentos.

Portanto, as primeiras formas de humanidade não foram selvagens e cruéis, como costumam nos transmitir nas mídias. De acordo com Muraro (2002, p.27) isso não passa de um fruto do imaginário patriarcal. Os mitos que os machos dominantes (que no caso eram determinados pela posição social da mãe) possuíam o acesso exclusivo às fêmeas e que as maltratavam, é simplesmente uma falácia para legitimar futuramente a subordinação. Afinal, a maior parte das decisões dos grupos eram de forma democrática, o estupro era extremamente raro e a dominância variava entre machos e fêmeas com rodízio de poder. A dominância é a capacidade de se destacar, seja pela sua personalidade ou capacidade reprodutora, mas dominância é diferente de dominação. Para Muraro (2002, p. 16) a dominância é confundida com dominação humana. É importante destacar que os machos não são dominadores por natureza, assim como o patriarcado faz com que acreditemos que é algo natural e/ou biológico.

A divisão do trabalho iniciou-se a partir do desejo dos homens em ter alguma função definida, assim como as mulheres possuíam a maternidade. Por isso os homens, majoritariamente, ficaram responsáveis pela caça e as mulheres começaram a desenvolver o cultivo de plantas, pois eram mais permanentes no território do que os homens. Quanto aos meios de produção, eram estritamente relacionados a garantir a sobrevivência, ou seja, sem produção de excedentes. Mas, com o decorrer de décadas, as técnicas de caça e coleta foram sendo aprimorados pelas mulheres, pelo fato de serem mais fixas em um determinado local, surgindo assim as primeiras formas

de processamento de alimentos (como pulverizar e descascar) e a produção de cestos para colher sua própria subsistência e de seu filho.

Para alcançar a plena humanidade só faltava o quesito da fala. Ninguém tem a informação exata do surgimento, mas a linguagem é aprendida na primeira infância, então a ideologia de que os homens desenvolveram a linguagem para a comunicação na caça é mito. A origem da comunicação foi através de mães e filhos em seus primeiros anos de vida. Foram as mulheres também que criaram os ciclos astronômicos e deram origem aos calendários, com base nos ciclos menstruais. O período em discussão refere-se a quatro milhões de anos atrás até, aproximadamente, cem a trinta mil anos.

Os coletores/caçadores parecem ter vivido em sociedades fluidas, harmoniosas e igualitárias. Não que não possuíssem agressividade nem tivessem experimentado conflito. Mas desenvolveram, certamente, mais capacidade de cooperação do que competição. (MURARO, 2002, p.27)

Com o aprimoramento de técnicas de dominação ao meio ambiente, houve uma reviravolta quanto à condição humana, as mulheres perderam consideravelmente seu status e ocorreu uma drástica mudança em relação com a natureza, com os outros animais e entre os sexos na divisão sexual do trabalho. Conseqüentemente, o aparecimento da violência e da competição se intensificaram.

De acordo com Muraro, provavelmente à dez mil anos atrás, os homens descobriram o seu papel na geração da vida, sendo uma das causas do patriarcado. A mulher deixou de ser uma figura sagrada e os homens considerando-os como fonte de vida, assumem o controle da sexualidade feminina e o poder sobre elas também.

A implementação do patriarcado ocorreu gradativamente e de forma lenta. Para Lerner, a instituição do patriarcado iniciou-se no ano de 3.100 a.C. aproximadamente, porém foi consolidando-se apenas em 600 a.C.

Vários mitos foram criados para tirar a mulher do sagrado, Muraro descreve que foram quatro, sendo estes: no primeiro como o mundo criado por uma Grande Deusa, que é a mãe; no segundo por um Deus masculino que destrói uma Deusa criadora; no terceiro um Deus e uma Deusa que criam o mundo juntos; e por último, um Deus cria o mundo sozinho. Estes mitos foram criados de ordem cronológica e confirmam evidentemente a transição de matricêntrica para o período patriarcal.

A figura de um Deus masculino, onipotente e onipresente fomentou a supremacia masculina, e, acrescentado a interpretação judaico-cristã de Gênesis, que é a base da nossa civilização, produziu um terreno fértil para a consolidação e legitimação do regime patriarcal. São nas escrituras de Gênesis em que demonstram nitidamente as relações de violência e dominação como condições necessárias para um bom funcionamento da sociedade. Quanto a figura feminina, nas escrituras, é projetada em Eva, que foi criada posteriormente ao Adão, para demonstrar a hierarquia entre os sexos, e logo em seguida a relaciona com o castigo pela sabedoria. Sendo esta mulher a causadora de todos os males que sucederam ao homem (MURARO, 2002, p.71), pois convencida pela serpente, comeu o fruto proibido por Deus e ofereceu a Adão, que também comeu. Desta forma, o texto sagrado santifica e reforça o patriarcado, pois o poder foi consentido a Adão de estabelecer a ordem e dominação sobre Eva, por ter provocado problemas à humanidade e precisava ser controlada. Sendo assim, a legitimação do patriarcado se dá dentro da religião, pois é uma estrutura de poder demasiadamente influente e tem o poder de ditar regras morais e sociais.

Nesta época, os homens começaram a possuir o domínio do sagrado, a centralidade do poder e do público, diferentemente da crença anterior que era baseada na relação mulheres e natureza. Junto com esse controle foi se formando a moralidade, para a dominação masculina ocorrer sem culpa. Neste período, para as mulheres, foi circunscrito o domínio da casa, do privado e da reprodução. Os laços femininos de afeição que anteriormente uniam as mulheres foram se rompendo pela competitividade para escolher o melhor provedor como marido e com essa ruptura os homens reforçaram sua superioridade. Muraro (2002, p. 72) relata que o patriarcado homogeniza a superioridade em termos de violência e competitividade: “o patriarcado vai assimilar para si todas as culturas pela violência”.

A religião impõe que o prazer das mulheres é pecado, e ao mesmo tempo enaltece e santificaram a virgindade. A tradição oral foi sendo substituída pelas legislações, onde os homens obtinham o direito e as mulheres, as restrições. Com o poder patriarcal legitimado, as mulheres começaram a serem excluídas da política, da cultura e do âmbito universitário, portanto, os homens que eram treinados para as profissões médicas, mas a grande maioria das mulheres é quem praticavam os cuidados com a saúde, afinal elas dominavam milenarmente a química das plantas, o parto, o aborto e os conhecimentos passados por diversas gerações. Sendo assim, a

medicina possuía um status elevado quanto às demais profissões, e, o conhecimento e o poder eram cercados por valores rígidos no século XIV. Muraro (2002, p.109) afirma que a Igreja considera os elementos que não estavam totalmente sob seu domínio como não-ortodoxos e, portanto dignos de extermínio. Assim como ocorreu com as mulheres que curavam gratuitamente, foram consideradas como subversivas por desafiarem o poder masculino. Tal episódio constitui-se como o maior genocídio da história da humanidade.

O que restava do saber feminino é sufocado diante do saber científico masculino. A sexualidade feminina cede e se submete à sexualidade masculina. A frigidez é a norma. Mulher orgástica a partir desta época até muito recentemente era ou prostituta ou tinha parte com o demônio. (MURARO, 2002, p.109 -110)

A partir do período de caça às bruxas houve a consolidação dos papéis sexuais como conhecemos até hoje. Com o sistema econômico em desenvolvimento há a evolução para o mercantilismo, que logo em seguida se transforma em capitalista, porém sempre com valores patriarcais que não permitem espaço às mulheres que se contrapõem às ordens vigentes e que são autônomas.

Assim como os demais fenômenos, o patriarcado também está em permanente transformação, convertendo esse antagonismo de homens e mulheres em uma estratégia de aumentar o lucro. Isso se dá na medida em que o capital transforma a inserção das mulheres no trabalho assalariado em mais uma forma de extrair a mais-valia.

Como vimos, a opressão com as mulheres não emergiu no capitalismo, mas de acordo com Lima (2015) o capitalismo transformou o patriarcado em um aliado fundamental para a exploração e a manutenção do *status quo* (manutenção da situação de dominação estável). Pois, a apropriação do patriarcado beneficia o sistema capitalista de produção, que é sustentado pelas desigualdades de gênero, classe e raça. No próximo item será abordado as relações de gênero na ordem patriarcal.

2.2 Gênero

O termo gênero é uma construção social dos papéis masculinos e femininos, originado em um processo histórico de conscientização e luta das mulheres, que fora introduzido em pesquisas científicas apenas nos anos de 1970. No Brasil, o conceito

difunde-se em 1990. A primeira pessoa a conceituar e explicar sobre gênero foi Robert Stoller¹, embora Simone de Beauvoir já havia escrito, porém sem o conceito propriamente dito:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1975, p.9).

Ao situar historicamente o conceito de gênero como categoria de análise frente ao sistema de relações sociais entre os sexos, Scott (1991, p.13-14) amplia o conceito ao considerar as dimensões social, cultural e simbólica, onde todas são transpassadas por relações de poder.

Segundo Saffioti (2004, p. 116), “Gênero é a representação do masculino e do feminino, à imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas”. Sendo assim, falar em gênero não é necessariamente se referir a mulher, mas as relações sociais entre homens e mulheres e suas relações de dominação, exploração, desigualdade e opressão determinados socialmente. Joan Kelly no seu ensaio “A dupla visão da teoria feminista” (1979 *apud* SCOTT, 1995) relata que o sistema econômico e o sistema de gênero agem reciprocamente para “reproduzir estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular”.

Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio e a capacidade legitimada de comandar nas mãos de um patriarca, cabe aos subordinados, o acatamento deste processo, “eis aí a contradição que perpassa as relações homem-mulher na ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p.118). Sendo assim, no patriarcado as relações são hierárquicas e desiguais, como abordado no subtítulo anterior. Apontando continuamente a uma determinação de gênero como permanente e imutável e a heterossexualidade compulsória, tal conceitos impostos pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico.

O conceito gênero rejeita explicitamente as justificativas biológicas para a subordinação do masculino e do feminino, indicando-o como uma construção social. A naturalização dos papéis femininos atribuída como uma suposta fragilidade e

¹ Robert Stoller, em 1968, no livro “Sex and Gender”, introduziu a palavra gênero para diferenciar do termo sexo, que estava tão somente associado às condições biológicas.

docilidade e a masculinidade associada à força fazem parte das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), que normatizam os papéis construídos socialmente. Por isso, essas atribuições configuram-se como um sistema de disciplina, estabelecendo comportamentos esperados, papéis e posições na sociedade.

É necessário retomar-se a escritura de Adão e Eva para compreender sua influência na construção do papel de homem e mulher. A autora Muraro relata que os impactos ao serem expulsos do paraíso foram catastróficos, pois Eva quem possuía a culpa de ter desobedecido o onipotente Criador, usando seus poderes para seduzir e influenciar Adão, como consequência suas liberdades foram restritas e seus espaços foram delimitados ao inferno e o privado, e por isso o homem deve exercer a sua função de dominação para que haja a prosperidade e não o pecado e a desobediência. Este acontecimento gerou a divisão de tarefas do homem e da mulher, que é reproduzido até os dias atuais.

A partir deste medo genesíaco da mulher, foi fácil, no decorrer dos séculos e milênios, formar uma identidade masculina baseada na maior capacidade intelectual dos machos em relação à mulher para controlar a natureza e inventar novas tecnologias, na sua maior força física para prover alimentos e defesa para os grupos, na sua maior agressividade para vencer as guerras. O domínio público, da história, foi alocado ao princípio masculino, enquanto o princípio feminino, marginalizado, circunscreveu-se ao domínio da casa, do privado, da reprodução. (MURARO, 2002, p. 66-67)

Essa ideia também está presente no Islamismo, além do veto a exposição de partes dos corpos femininos, no capítulo 4 do Corão, o livro sagrado dos muçulmanos, encontramos: “Os homens têm autoridade sobre as mulheres porque Alá fez um superior à outra”. Assim, a religião possui um papel fundamental para a construção de valores morais e legais que legitimam e santificam os estereótipos de feminino e masculino. Ou seja, a liberdade masculina, a inteligência e sua supremacia e dominação do público é validada de maneira legal, moral e religiosa, cabendo às mulheres a domesticação, a emoção, a docilidade e o privado. Os conceitos normativos se esforçam para limitar suas possibilidades metafóricas, expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas, opõe de maneira binária e inequívoca as concepções de homem e mulher (SCOTT, 1995, p.14).

Conseqüentemente, o início desta construção é dada quando o feto está ainda na barriga da mãe, no momento em que os familiares criam expectativas quanto ao sexo. Quanto às crianças, aprendem os papéis normativos de gênero desde

pequenos, a transmissão da ideologia patriarcal faz com que limite aos meninos a racionalidade e o poder, e as meninas o cuidado e o sentimento, porém em ambos os casos são enfatizados a disciplina e obediência. Muraro (2002, p.69) diz que as meninas passam a reprimir a inteligência e a agressividade, e as qualidades que desenvolvem na infância e ao longo da vida são sempre voltados à “especializar” para o privado, mas como esse não é produtivo, é menos valorizado que o público, e elas se tornam submissas a partir do próprio inconsciente.

Sendo assim, as mulheres se tornam “bem de uso” pois o produto do seu trabalho doméstico retorna ao seu tutor legal e a procriação submete-se ao controle da comunidade, ou seja, todo seu trabalho não gera um valor de troca, e por vivermos em uma sociedade capitalista, o reconhecimento do trabalho de produção que gera lucro e renda é tido como nobre e o trabalho doméstico como subalterno, gerando uma hierarquização de papéis e então a dominação masculina se faz presente. “Enfim, cumpre-se lembrar que, no mundo assalariado, a divisão social do trabalho é ao mesmo tempo uma divisão sexual do trabalho” (ANNALES, 2000, p.14).

Quanto a dominação patriarcal masculina, apresenta distintas manifestações, presente no cotidiano do privado e do público, que em alguns casos não se faz de maneira frontal, “mas por meio de definições e de redefinições de estatutos ou de papéis que não concernem unicamente às mulheres, mas ao sistema de reprodução de toda a sociedade” (ANNALES, 2000, p. 14). As diferenças em uma sociedade capitalista se cristalizam no momento em que a classe dominante se apodera de uma verdade única e universal, onde o poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres. De acordo com Costa (2008, p.4) essas desigualdades se materializam na violência, no controle da sexualidade das mulheres, na submissão, na falta de autonomia e na predominância de homens no espaço político, econômico e social. Sendo assim, o medo de mudanças qualitativas na divisão sexual do trabalho e na estrutura familiar que colocariam em risco a autoridade masculina, serviu apenas para manter o domínio patriarcal intacto por gerações.

O poder para Foucault é como uma relação de forças, e toda relação de forças é uma relação de poder, e “são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1999, p.89). Sendo assim, a dominação só se constitui em uma relação que inclui o dominador e o dominado, por isso, é

necessário a conservação de um subordinado para o êxito da dominação. Mas, neste processo há resistência, por não ser um processo inalterável, a relação de poder é atravessada por hierarquias e oposições. Isto posto, apesar da normatização patriarcal, papéis sociais que foram naturalizados são também subvertidos.

As relações de gênero sobre a organização patriarcal, representa uma estrutura de poder e quando estas são somadas as hierarquias e as relações patriarcais, impulsiona conflitos e competições entre as mulheres, que ocorre até sem a presença de um patriarca. Por isso, ainda que não sejam coniventes com essa organização, contribuem para sua manutenção. A problemática implica que a mulher ao reproduzir voluntária ou involuntariamente as concepções de subordinação, favorece a lógica da dominação pertencer aos homens, só que estas não se beneficiam do patriarcado como os homens. Mas o patriarcado é estrutural e mascarado, como se fosse uma normalidade, por isso há tanta reprodução, além de legitimado foi naturalizado pela sociedade. De acordo com Saffioti (1994, p.276) “a violência cometida por uma mulher contra outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher”.

Assim sendo, o conceito de gênero não só incorpora as discussões sobre os direitos da mulher, mas ao indicar que as discriminações também não são algo natural, e sim produzidas. Essa concepção permite repensar as relações de poder que se expressam em desigualdades, que estão organizadas pelas categorias de classe, de etnia e de gênero. Afinal não há uma entidade ‘homogênea’ de mulher, confrontada com outra entidade ‘homogênea’ de homem, “mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída de diversos modos” (MOUFFE, 1999, p.34). Pois as mulheres brancas possuíam um papel diferenciado das mulheres negras da antiguidade, que rebatem até a contemporaneidade, sem contar a diferenciação de sexo com base na classe social, ou seja, há uma multiplicidade e heterogeneidade de homens e mulheres na sociedade.

Sendo assim, Homens e mulheres são socializados em relações de dominação e submissão, por isso devemos considerar a condição de gênero como uma questão social e ao considerarmos a mulher e/ou pessoas em situação de rua que após uma ruptura com a família, ou com o trabalho (desemprego ou informalidade), ou com o poder judicial (egressos de penitenciárias) ou até mesmo em situação de migração/imigração entende-se que gênero e questão social estão intimamente relacionados, o que será discutido mais para frente.

Além disso o silenciamento feminino é outra característica do patriarcado, pois mulheres foram definidas através de um discurso hegemônico, que as deixam sem qualquer possibilidade de autodeterminação de si próprias e de suas condições. Impondo indiscretamente ou até mesmo de forma velada seu comportamento, a forma de vestir, de agir, de pensar, enfim, o modo de ser mulher. O lugar da mulher na sociedade não é um local que lhe permita a fala, especialmente como um ato social e político. Neste contexto, a mulher vive a diferença imposta culturalmente, mas suas conquistas também são visíveis. Desde o início deste século, as mulheres vêm conquistando alguns espaços no mercado de trabalho, dividindo o tempo entre o espaço doméstico e o espaço público e assumindo novos papéis sociais. Na tentativa de atuar na estrutura econômica, política e social, foi se desenvolvendo o movimento feminista, que veremos a seguir.

2.2.1 Movimento Feminista: momentos históricos

Como visto, diversos obstáculos foram sendo construídos e cristalizados na sociedade, impedindo a ascensão social, econômica, política e cultural da mulher, e estas desigualdades provocaram certo tardamento da conquista de direitos.

O feminismo ressurgiu em um momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam as formas de opressão que não se limitam ao econômico, como o movimento racial, de minorias étnicas, homossexuais, dentre outros. Se unindo para busca da superação de desigualdades sociais. Entretanto, são movimentos que não implicam em uma fusão e sim de uma conexão significativa que buscam uma nova sociedade. Os primórdios do movimento feminista concentrou-se essencialmente nos Estados Unidos e Europa. No entanto no Brasil já haviam também mulheres se organizando, com destaque a escritora Nísia Floresta, considerada a pioneira do movimento feminista no Brasil, autora do livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, em 1832.

O feminismo trouxe para a esfera política questões que até então eram tidas como especificidades do âmbito privado, a partir da quebra da polaridade entre as esferas do público (o Estado e a economia) e do privado (a particularidade da vida doméstica e das relações matrimoniais e familiares). Sendo assim, o movimento procurava recriar a identidade de sexo sobre a ótica de que o indivíduo não precisa se adaptar aos papéis patriarcais normativos, e que as diferenças entre os sexos não

se traduzem em relações de poder, pois a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim o produto de um processo histórico, e como tal, pode ser combatida e superada. Desta forma, conforme Lisboa:

“[...] o feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade, a maternidade) engendram práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido. Os estudos feministas propõem, ainda, desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina”. (LISBOA, 2010, p.69)

De acordo com Souza e Moura (2013, s/p), o movimento feminista contribuiu para que a sociedade refletisse, que a desigualdade social não se refere apenas a ausência de igualdade de oportunidades, mas “desencadeia uma conjuntura maculada pela violência, preconceito, discriminação, desrespeito, fatores que interferem na vida dos indivíduos de maneira negativa, ocasionando um conjunto de problemáticas que ferem a dignidade humana”.

As primeiras manifestações femininas originaram no século XX, onde as mulheres da Europa e dos Estados Unidos começaram a se organizar na luta pelo sufrágio universal, ampliação dos direitos de votar e ser votada, que fora conquistado na luta dos trabalhadores, mas a figura feminina havia sido excluída e a melhor ferramenta a desmantelar as estruturas patriarcais na época seria a partir do voto. No Brasil, foi apenas em 1919 que uma luta específica de mulheres intelectuais, tendo à frente Bertha Luz, na liga pela emancipação intelectual da mulher, com acesso à imprensa para mobilização e formação de opinião pública de outros segmentos da sociedade na participação da vida política. O direito ao voto feminino foi conquistado primeiramente no Rio Grande do Norte, em 1927, e promulgado pelo Presidente Getúlio Vargas apenas em 1932.

Em meados dos anos de 1930 e 1940, as reivindicações das mulheres foram tomando maiores proporções e houve um recrutamento para a participação no mercado de trabalho devido a necessidade de liberação do homem para as guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial), mas quando havia o retorno destes, as mulheres que eram donas de casa, esposas e mães eram enaltecidas, valorizando a diferenciação dos papéis atribuídos socialmente para os sexos e desvalorizando o

trabalho externo das mulheres, visto como suplementar ao do homem. Com o Golpe Militar, em 1964, as organizações das mulheres, bem como de outros segmentos sociais, foram silenciados na sociedade brasileira. Contudo, as mulheres continuam em luta, que se constituíram em avanços, retrocessos e resistência.

Para Beauvoir a mulher só conquista a sua independência ao adentrar o mercado de trabalho, uma conquista da luta feminista, pois assim diminui a distância entre os sexos. Porém, para a autora:

Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados. Por outro lado, a estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram. (...) A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem (BEAUVOIR, 1975, p. 450-451).

Sendo assim, mesmo uma mulher emancipada em uma sociedade patriarcal e capitalista sua condição de gênero não a deixa possuir uma igualdade como o homem, pois diferente do masculino, a mulher que se liberta economicamente se caracteriza pelo conflito, sobre os papéis patriarcais impostos e as responsabilidades atribuídas a mulher, conseqüentemente diversas mulheres possuem dupla ou tripla jornada de trabalho, incluindo os afazeres domésticos, o cuidado e o trabalho assalariado propriamente dito. Sem contar que são vítimas de inúmeras discriminações e violências sofridas no mercado de trabalho, e há discrepâncias de oportunidades e de salários entre homens e mulheres. Diante deste quadro, o movimento feminista luta para funções iguais, salários e direitos iguais, igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à ascensão e aprimoramento profissional e, a superação desta jornada dupla de trabalho, reivindicando a divisão dos encargos domésticos e ampliação na criação de creches.

Ao findar dos anos de 1970, Kate Millet publica o livro *Política Sexual*, em que analisa historicamente as relações de gênero, afirmando que o sistema patriarcal é simplesmente um sistema universal de dominação presente em todas as culturas, religiões, leis e costumes. No Brasil, neste mesmo momento, Heleieth Saffioti publicou *A Mulher na Sociedade de Classes*, em 1976, que analisa a condição da mulher no sistema capitalista, retratando uma evolução histórica da mulher.

A linguagem intelectual e academicista, distanciou as mulheres de classes subalternas ao movimento feminista, que não possuíam o acesso à educação. Sendo

assim, o feminismo intelectual alavancou reivindicações necessárias, mas não sentidas pelas mulheres dos meios populares. Por isso, a contribuição das mulheres não brancas, nos Estados Unidos, na década de 1980, como Gloria Anzaldúa² foi inestimável nesse processo de desconstrução, ao criticar o racismo, a homofobia e o controle das mulheres intelectuais brancas do Primeiro e Terceiro Mundo no movimento e nas literaturas. Além de viabilizar uma escrita acessível, possibilitou ao feminismo sair da estrutura binária, que privilegiava a diferença sexual, e abrir espaços para considerar a multiplicidade entre as mulheres, dentro de uma: “abordagem interseccional, a qual expandiu o conceito de gênero e passou a formulá-lo como parte de um conjunto heterogêneo das relações móveis, variáveis e transformadoras do campo social” (COSTA; ÁVILA, 2005, p.693).

Uma das frentes de luta do feminismo no Brasil é a denúncia da desvalorização da mulher, que por diversas vezes se expressa na violência física, sendo esta a mais evidente das desvalorizações e também na coisificação da figura feminina enquanto objeto de consumo. Afinal a violência é tida como estratégia de controle sobre o corpo feminino e para Bandeira (2009, p.405) a performance masculina vem tentando preservar os modelos culturais e cognitivos que lhes garantem o *status quo* e as desigualdades ao exercício do poder, onde predominam práticas de hierarquia. Em contrapartida, em todo o país, mulheres vêm-se organizando em grupos de denúncias e apoio às vítimas.

Atualmente as redes sociais têm sido instrumento indispensável para ampliar a propagação das manifestações feministas e, através desse espaço virtual, os blogs, páginas e youtubers feministas fazem fomentar a circulação de diferentes pautas e ampliar o alcance das discussões, proporcionando uma aproximação das mulheres com o movimento e abordando diferentes temáticas, tais como: manifestações contra todas as formas de violência, denuncia a sociedade patriarcal e todas as formas de opressão e submissão, mulher e trabalho, abordagem relacionadas ao corpo e a sexualidade, entre outros. A universalização dos problemas individuais de gênero faz com que a identificação e pertencimento ao movimento seja de forma pessoal. Ao fim,

² Gloria Anzaldúa foi ativista desde jovem. No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, teve contato com a literatura feminista, mas é nos anos 1970 que inicia sua produção literária, quando escreve peças de teatro, poemas, contos, romances e autobiografias. No começo dos anos 1980 defende a posição de que as mulheres não brancas deveriam buscar meios para expressar suas idéias, transformando-se em criadoras de suas teorias e não mais em meros objetos de estudo.

a soma do coletivo, com recortes, contrastes, diferenças e especificidades se tornam comunitárias para enriquecer a mobilização.

As lutas históricas do movimento pela igualdade salarial, poder da mulher sobre seu próprio corpo, planejamento familiar, dentre outros, acarretou mudanças históricas nos processos legislativos, institucionais e jurídicos, como por exemplo na Constituição Federal de 1988, que discorre artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”³, mas a problemática reside no fato que a criação de leis e ações afirmativas não modifica a ideologia patriarcal que assola a sociedade e ainda há uma leitura de que a mulher é objeto de satisfação do homem, portanto, compreende-se a importância de ampliar e aprofundar o debate sobre gênero e a influência de suas determinações sociais na vida das pessoas.

O feminismo se constrói, a partir de resistências, derrotas e conquistas que constituem a História da Mulher, se caracterizando como um movimento em constante transformação, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Para Alves e Pitanguy (2003, p. 74) “na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas”. Pois falar de gênero implica a pensar a respeito das diferenças de raça e classe.

Contudo, a questão de gênero se apresenta como uma das manifestações da questão social, que está vinculada a uma realidade social proveniente da exploração massiva do trabalho pelo sistema capitalista, que prioriza a acumulação de riquezas e incentiva o individualismo, desencadeando disparidade social entre os indivíduos. No próximo capítulo será discutido a população em situação de rua.

3 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreender o segmento social população em situação de rua é essencial analisarmos inicialmente a origem da questão social, componente do sistema patriarcal capitalista. Suas expressões enquanto resultantes da tensão entre o capital e o trabalho, são muitas vezes visíveis, dentre elas a situação de rua.

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de março de 2020.

Portanto, ao abordar sobre as mulheres em situação de rua, traz para a análise vários elementos relevantes que subsidiam uma reflexão quanto ao sistema capitalista e sua intrínseca relação com a ordem patriarcal de gênero que rebatem rigorosamente no cotidiano destas mulheres na rua.

3.1 A origem da Questão Social

Nos primórdios do fenômeno de pauperismo que ocorreu na Europa, no século XIX, mais especificamente nos anos de 1830, originou-se a Questão Social, conceituada por Carvalho e Yamamoto como:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IYAMAMOTO, 1983, p.77)

Como uma expressão radical da questão social, a população em situação de rua é um fenômeno antigo, multideterminado e intrínseco da sociedade capitalista, cuja população atingida é vítima cotidianamente de preconceito e discriminação. Sua origem vem a partir do surgimento das sociedades pré-industriais, sendo assim é necessário realizar um resgate histórico para a compreensão deste segmento social.

Quando os números populacionais das sociedades primitivas aumentaram, as comunidades se viram obrigadas a procurar novas formas de relacionamento entre si, e, passaram de nômades para sedentários. Para condicionar um ambiente favorável, o desenvolvimento de novas técnicas de fertilização ajudaram neste processo, e conseqüentemente surgiram muitos excedentes, que Marx (2017) chama como acumulação primitiva de capital, a fase de constituição das bases do modo capitalista. De acordo com autor, na gênese das sociedades pré-industriais, marcada pela acumulação primitiva, houve o processo de privação da pequena parcela de terra que eram destinadas à agricultura de subsistência dos camponeses e estes se viram submetidos a vender sua força de trabalho para sobreviver, recebendo salários baixos. Assim, a acumulação primitiva é a história da constituição destas duas classes sociais, o capitalista e o proletariado.

Muraro (2002, p. 80) relata que “pela primeira vez na história da espécie humana, grandes setores da população podem dar-se ao luxo de se libertar do trabalho produtivo”, surgindo uma classe dominante, que cria um estado com poder central sobre os proletariados. Constitui-se então a esfera pública e política, que eram destinadas especificamente aos homens com poder aquisitivo de compra, surgindo uma sociedade capitalista patriarcal ideologizada pelas classes dominantes.

Com a intensificação do processo de urbanização, através das migrações do campo para a cidade, com o intuito de estar próximo ao trabalho industrial, origina-se a divisão sociotécnica do trabalho, onde o pauperismo se intensifica exponencialmente. O crescimento de camponeses expropriados gerou uma problemática no fato em que, nos trabalhos na manufatura não havia tantas vagas quanto a rapidez com que se tornavam disponíveis ao mercado de trabalho, originando um imenso exército de migrantes, ladrões e pessoas em situação de rua. Mas com as sanguinárias legislações do século XVI, era permitida a violência para aqueles que não adentrassem ao mercado de trabalho, obrigando ao proletariado a sujeitar-se a péssimas condições de trabalho, jornadas extensas e regulando os salários de forma a beneficiar a acumulação do capital. Pereira (2009, p. 185-186) conclui que a miséria, a fome e doenças não tardaram a aparecer diante deste contexto, que levou a inúmeras mortes de trabalhadores. Entretanto a cidade crescia e contraditoriamente havia o empobrecimento dos proletários. De acordo com Netto:

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ideo-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. (NETTO, 2001, p.42)

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente onde a classe trabalhadora produz a riqueza e os capitalistas se apropriam do lucro e da mais-valia. Para Iamamoto (2001) a questão social expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, decorrentes das disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da

sociedade civil no acesso a bens. Destaca, ainda, que foram as lutas sociais da classe trabalhadora que fez romper o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento de direitos e deveres dos sujeitos envolvidos. O objetivo central da luta da classe operária era melhorar as condições de vida, de trabalho e salário. Já os grandes empresários consideravam a possibilidade de fazer algumas concessões ao proletariado para garantir o processo de produção e de acumulação de capital. Neste terreno contraditório de interesses, de capital e trabalho, a questão social se dá não apenas pelas desigualdades sociais, mas sim pela resistência da classe operária. Para Machado (1999, p.43-44) as transformações históricas da concepção de questão social são o reflexo da luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, no enfrentamento pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

No Brasil, a economia baseava-se majoritariamente em atividades agrícolas para a exportação e uma agropecuária de baixa produtividade para o mercado interno. Nestes casos, a terra era propriedade de uma parcela elite dos antepassados colonizadores portugueses. Até o findar do século XIX, a mão-de-obra provinha dos escravos e de seus descendentes, que trabalhavam como arrendatários após a abolição. Para Pereira (2009, p. 187) nesta época as indústrias eram incipientes, não permitindo a concentração do proletariado, mas a questão social já se fazia perceber, as condições de trabalho eram precárias e o estado de tensão era permanente pela falta de uma legislação trabalhista. Tratada inicialmente como um caso de polícia, a Questão Social era reprimida e renegada pela sociedade e pelo Estado.

Até meados desta mesma década, o Brasil passou por uma intensificação do processo de industrialização, que o impulsionou rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (PEREIRA, 1999). Além disso, havia um considerável aumento populacional, de urbanização e concentração de renda, ampliando as desigualdades sociais, e as expressões da questão social. Segundo Yazbek (2008), o processo de reconhecimento da questão social no Brasil foi tardio, em torno de 1930, quando houve o desenvolvimento da classe operária e sua inserção no cenário político, que no sentido do seguro social, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Logo depois, é criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), salário mínimo, entre outras medidas paternalistas. Sendo assim, foi apenas no Governo Vargas em 1930, que a questão social passou a ser tratada como caso de

política, culminando com a criação dos direitos sociais e de diversas legislações voltadas à classe trabalhadora.

O aceleração da industrialização e modernização tecnológica ocorreu de forma desigual nos estados, concentrada no centro-sul do país, especificamente na cidade de São Paulo. Sendo assim, começa-se a demandar mão de obra que ultrapassava seu crescimento demográfico, atraindo fluxos de migrantes que procuravam uma vida melhor. Nesta fase, de 1930 a 1956, houve o processo de intervenção estatal na economia e associação entre os capitais internacional e nacional, como parte da sua expansão mundial.

É nesse momento histórico, especialmente após 1964 – pelas suas características econômicas e políticas – que visualizo a emergência de importantes particularidades assumidas pela “questão social” no Brasil que atravessaram os anos 1980 e 1990, chegando até a contemporaneidade. Trata-se das marcas deixadas no mercado de trabalho brasileiro, a partir desse período, com a “reforma trabalhista” da ditadura. Com ela acentuou-se o grau de flexibilidade estrutural e da precariedade das ocupações que resultou numa alta rotatividade dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho. Associe-se isso as características do padrão de proteção social brasileiro que, apesar do alto grau de regulação das relações de trabalho, não impactou o regime de trabalho no sentido de uma regressão dos traços mencionados que estão, por sua vez, na gênese dos índices de desemprego no Brasil. (SANTOS, 2012, p. 136-137)

No caso do Brasil, antes de ingressar na onda (neo)liberalizante, já havia diferentes formas de precarização do trabalho, subemprego e fragilidade do sistema de proteção social para a classe trabalhadora. Para Braga (2012, p.21) *apud* Raichelis (2020, p.21), o país constituiu-se como Fordismo Periférico, um sistema social estruturado pela combinação de economias e nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, dominado pela mundialização das trocas mercantis, constituindo-se em uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas subdesenvolvidos ou dependentes. Raichelis (2020, p.22) relata que o capitalismo, mesmo em países desenvolvidos, cria-se uma população excedente em relação às necessidades de reprodução do modo de produção, que gera o desemprego e trabalho precário, no fordismo periférico isso sempre aconteceu.

Nos anos de 1970 e 1980, o cenário brasileiro começa a se alterar, há uma crise gerada pelo esgotamento do regime de acumulação do capital, que teve seu ápice nestas décadas. As ideias neoliberais ganham força em meio à crise, sem contar

a intensificação das desigualdades sociais, alta taxa de crescimento populacional urbano e a ampliação do desemprego, onde observamos as “profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro, que alteram profundamente as relações entre o Estado e sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 142).

A partir de 1990, o Brasil vive um ideologia globalizante em que afirma o mercado como regulador das relações sociais, diluindo a esfera pública, que representa o espaço de garantia de direitos sociais. A gradativa desresponsabilização por parte do Estado, faz com que a responsabilidade seja cada vez mais para o terceiro setor, o voluntariado, as organizações da sociedade civil e o próprio mercado. A consequência disso é que não há uma garantia de igualdade e justiça sob a gestão da vida social, há a ruptura da universalidade dos direitos, com tendência a aprofundar o traço histórico assistencialista, sem contar que, a preconização da redução do papel social do Estado faz fomentar o mercado e as privatizações e, o conceito de público não estatal, que além do Estado transferir para o capital privado o gerenciamento e o desfrute dos lucros, há o aumento do valor dos serviços essenciais, o que sobrecarrega ainda mais os trabalhadores. Diante deste contexto, as propostas neoliberais referentes ao papel do Estado frente à questão social são reducionistas e fragmentadas, esvaziando e descaracterizando a estrutura da proteção social com os sujeitos, sendo essas propostas para complementação do que “não se conseguiu via mercado, família ou comunidade” (YAZBEK, 2001, p.37).

No Brasil, a precarização do trabalho não é um fenômeno novo, mas diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem, na atualidade, novas proporções e manifestações. Para Pereira (2009, p.190-191) vários são os impactos da onda neoliberal no país, dentre eles o desemprego, a redução de gastos e investimentos governamentais na área social, aprofundando imensamente o quadro de desigualdade entre as classes. As diversas formas de organização social são enfraquecidas pelo grande apelo ao individualismo e à competitividade exacerbada. Portanto, as transformações no mundo do trabalho, seja com a substituição do homem pela máquina, seja pela erosão dos direitos trabalhistas e previdenciários, exigem, também, que se reatualize a concepção de questão social (MACHADO, 1999, p.44).

O tripé terceirização, flexibilização e precarização é a expressão emblemática que tipifica a nova morfologia do trabalho em tempos de profunda degradação nas suas formas de realização, que está presente nos diferentes espaços ocupacionais onde se inserem assistentes sociais e demais profissionais, nas políticas de saúde, assistência social, habitação, entre outros. (RAICHELIS, 2020, p.26).

Segundo o estudo da Fundação Getúlio Vargas (2018) há, no Brasil, 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com renda inferior a R\$ 232,00 por mês - cerca de 11,2% da população, sendo 63% de casas comandadas por mulheres negras. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso tem um impacto enorme no aumento da pobreza e da exclusão social. Para Pearce (1978) citado por Novellino (2004, p.5), pobreza masculina e pobreza feminina são problemas diferentes, que requerem soluções diferentes. Para as mulheres, a questão principal é o mercado de trabalho. Sendo assim, o desenvolvimento capitalista incorporou as relações de gênero reinventando formas de divisão dos espaços para homens e mulheres ao perceber que, tal lógica propicia o lucro e a apropriação da mais valia.

Não é ocasional que existam dois fenômenos fundamentais nessa lógica: a destinação preeminente das mulheres aos empregos temporários, sazonais, precários e com menores salários e, possivelmente como consequência do primeiro, o processo de feminização da pobreza que se traduz numa articulação espúria entre as relações patriarcais de gênero, raça/etnia e classe. (ALVES, 2017, p.231)

A autora Viviane Forrester traz ainda a concepção de que o aumento tecnológico para a ampliação da acumulação de capital vem depredando a condição humana de sobrevivência, uma vez que esta já não é mais parte essencial para a obtenção de lucros.

Qualquer que tenha sido a história da barbárie ao longo dos séculos, até agora o conjunto dos seres humanos sempre se beneficiou de uma garantia: ele era essencial ao funcionamento do planeta, à produção e à exploração dos instrumentos do lucro. (...) Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes e para o qual as vidas humanas que evoluem fora de seu círculo íntimo só têm interesse, ou mesmo existência. (FORRESTER, 1997, p.136).

Essa massa humana a que a autora Forrester se refere, encontra-se nas grandes e pequenas cidades, excluídas dos bens necessários para a sobrevivência,

e, discriminados. Neste modelo de sociedade excludente, os contrastes entre miséria e abundância fortalecem as desigualdades sociais, mantidas e naturalizadas em um nível crescente na sociedade brasileira. As consequências são visíveis, como o desemprego, trabalho informal, baixos salários, desinformação, moradia precária ou inexistente, dentre outras. Com relação às pessoas em situação de rua, são o fruto do processo de degradação da força de trabalho que atinge não somente a sobrevivência do sujeito. Segundo Yazbek (2008), a pobreza e a grave miséria econômica trazem situações de extrema vulnerabilidade social aos indivíduos e famílias brasileiras, esmorecendo ou ainda interrompendo laços de convivência familiar e social, o que acaba acarretando o abandono, a falta de cuidados e de vínculos, por terem que lutar para garantir a sobrevivência de sua família.

Segundo Salama *apud* lamamoto (2008, p.142), “a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão”. É nítido que o crescimento ocasiona a ampliação da concentração de renda e conseqüentemente, o aumento da pobreza, gerando um verdadeiro "apartheid social".

Contudo, quanto maior a acumulação de capital, maior a desigualdade social no país e, ao acrescentarmos o fato da pragmática neoliberal que contribui para o agravamento dessa situação, inúmeros cidadãos vivem à margem da sociedade, na miséria monetária ou do não acesso e/ou insuficiência das políticas públicas. Por isso, a questão social está intimamente relacionada com a ordem capitalista, tendo em suas expressões o objeto de trabalho do assistente social. Como uma manifestação da questão social, encontram-se as pessoas em situação de rua, que lutam cotidianamente pela sobrevivência sem apoio do Estado, da família e da sociedade, possuindo como agravante a condição de gênero frente a uma sociedade capitalista e patriarcal, que abordaremos nos itens a seguir.

3.2 População em Situação de Rua

Com a expansão capitalista no meio urbano, o fenômeno população em situação de rua surge no meio do pauperismo da Europa Ocidental, ao final do século XVIII, que se vincula ao processo da acumulação do capital, “como uma expressão da pobreza imanente ao desenvolvimento e produção de riqueza pelo capitalismo” (LOPES, 2012, p.94). Do mundo antigo à contemporaneidade a situação de rua sempre esteve presente nas cidades, provocada por fatores econômicos, políticos e

sociais. Neste sentido, as pessoas em situação de rua constituem um segmento social que expressam uma radical expressão da questão social, cujas pessoas são cotidianamente vítimas de preconceitos e discriminações.

Sendo assim, após o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado em 2009 instituiu-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento através do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que:

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. (DECRETO nº 7.059/2009).

O habitar na rua foi sendo reconfigurado com o passar dos anos, e teve seu estatuto sociopolítico modificado, porém permanentemente carregado de estigmas e preconceitos. Na Era Industrial houve uma repressão generalizada, pois o despertar da preocupação das elites e dos legisladores colocaram em pauta na Câmara Federal em 1888, no mesmo ano da abolição da escravidão, um projeto de lei para reprimir a ociosidade. Como não era mais possível às elites manter as relações de trabalho segundo a posse da vida do trabalhador, a suspeição generalizada foi o mecanismo encontrado para a continuação da repressão.

Uma sucessão de leis manteve os estigmas contra a pobreza, como a lei de Contravenções Penais de 1942, que não contém revogação expressa até os dias atuais, no qual o artigo 59 explicita penalmente os estigmas contra esse segmento social “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” pode sofrer a penalidade de quinze dias a três meses. O preconceito e discriminação sempre esteve presente em relação às pessoas em situação de rua. Para Lopes (2012, p.94) tal contexto se inicia com a revisão as denominações pejorativas como “mendigos”, “vagabundos”, “bandidos”, “loucos”, entre outros, e “por ser estigmatizada pelo poder público e pela sociedade, essa população é alvo da intolerância, da ojeriza e do desprezo”. Em muitos casos eram tratados como ameaça à sociedade, propiciando políticas higienistas e segregadoras.

As práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do país, inclusive conduzidas por órgãos do poder público. [...] Um exemplo recente de práticas dessa natureza foi o massacre de pessoas em situação de rua realizado entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, no centro da cidade de São Paulo, que resultou na morte de sete pessoas e nove gravemente feridas. (SILVA, 2006, p. 93).

No Brasil, a atenção com este segmento social é recente. Para Costa (2005, p.5) o desinteresse do Estado pela população em situação de rua reflete a contradição com que a sociedade trata o tema, ora com compaixão, preocupação e até assistencialismo, ora como repressão, preconceito e indiferença, pois ameaça a propriedade e, afeta o imaginário emocional e social de uma sociedade supostamente integrada, apesar de uma grande parcela da população estar vivenciando a exclusão social. As pessoas em situação de rua só passaram a serem observadas com alguns estudos recentes que antecederam a implantação da Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua, instituído em 2006.

De outro lado, as pessoas em situação de rua não existem no plano institucional. A escassez da produção de dados oficiais sobre este segmento social é uma problemática que os tornam cada vez mais invisibilizados na sociedade, naturalizando este segmento social e dificultando a compreensão das características desta população para o desenvolvimento de políticas públicas. Para Casagrande (2006) a população em situação de rua se faz presente nos logradouros das cidades, e embora facilmente identificados, passam despercebidos, tornam-se invisíveis diante da sociedade, bem como perante o poder público. Há atualmente pouquíssimas pesquisas de âmbito nacional que auxiliam no processo de compreensão desta população e fomentam a desconstrução de alguns preconceitos. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou uma pesquisa em 2008 que relata a predominância da presença de homens em situação de rua - 82% em relação às mulheres na mesma condição. Esta população, segundo a pesquisa tem uma parcela majoritária de jovens com idade economicamente ativa e negros⁴. Já o

⁴ MDS- Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: [file:///C:/Users/17282765/Downloads/Rua Aprendendo _a_ contar.pdf](file:///C:/Users/17282765/Downloads/Rua%20Aprendendo%20_a%20contar.pdf). Acesso em: 09 de março de 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou um texto com dados obtidos através do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) do ano de 2015, que havia uma estimativa de 101.854 pessoas estar em situação de rua no Brasil⁵. Sendo assim, não há dados oficiais recentes.

Consoante Pinto e Gondim (2017), os motivos que levam as pessoas e/ou famílias à situação de rua têm vinculação às estruturas desiguais da sociedade capitalista, principalmente por conta do desemprego, trabalho informal e condições precarizadas.

A ausência de moradia, conflitos familiares devido à condição de pobreza, uso de álcool e/ou drogas, problemas de saúde e ineficiência das políticas públicas surgem como motivos que contribuem significativamente para que indivíduos e/ou famílias passem a ter as ruas como moradia e/ou sustento. (PINTO e GODIM, 2017, p.14)

Diante da conjuntura do Brasil, de recessão e desemprego, parte da classe trabalhadora fica exposta às condições precárias do mercado informal e à falta de emprego. Segundo Costa (2005), é possível encontrar pessoas que chegaram às grandes cidades há pouco tempo e não conseguem emprego ou um local de moradia, além daquelas pessoas que já possuem um trabalho ou subemprego, entretanto seu ganho não é suficiente para seu sustento, o que acaba acarretando a viverem nas ruas.

Em concordância com Costa (2005), a necessidade de um emprego é geralmente manifestada como um possível caminho para a saída das ruas, porém há uma possibilidade remota de tornar-se realidade diante da vulnerabilidade resultante da situação de rua. “Cumprir horários, não usar álcool e drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês, são desafios que não estão ao alcance de quem já está na rua há algum tempo” (p.10).

De acordo com Neves *apud* Vieira *et al* (1994), em uma sociedade de compra e venda de força de trabalho dois elementos são fundamentais para que o processo ocorra. Segundo a autora, em primeiro lugar, é preciso que o sistema econômico ofereça a possibilidade de compra desta mercadoria, o que fica prejudicado em

⁵ IPEA - Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819. Acesso em: 10 de março de 2020.

relação ao desenvolvimento tecnológico, que diminui os postos de trabalho; e, por outro lado, a crise econômica, que amplia o desemprego. Em segundo lugar, para a venda da força de trabalho é necessário possuir certas condições de sobrevivência, como alimentação, moradia, vestuário e condução até receber o salário. Essa garantia de sobrevivência geralmente é propiciada pela família, porém em situação de privação, torna-se difícil para o trabalhador manter-se no trabalho. Sem contar que o mercado de trabalho seleciona os mais qualificados para a superexploração do trabalho vivo e, para os que menos se enquadram na vaga, ocupam o lugar de reserva, que segundo Vieira *et al* (1994, p.21) estes “cumprirão as tarefas menos valorizadas, mais mal remuneradas, recaindo ainda sobre eles o estigma do trabalho não legitimado e a ameaça de serem vistos como classes perigosas.” Sendo assim, a problemática do Brasil se expressa pela não universalização do trabalho assalariado e os direitos a ele correspondentes. Ao mesmo tempo, que se agrava ainda mais considerando recortes de gênero, raça e etnia, quando se constata que mulheres ganham menos do que homens exercendo a mesma atividade e, se forem negras, são submetidas a trabalhos mais precários e ainda mais baixos salários.

Dentro da heterogeneidade da população em situação de rua, encontramos os denominados “trecheiros”, que possuem extrema mobilidade em busca de melhores condições de vida e utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência. De acordo com Vieira *et al.* (1994, p. 86) “com uma vida profissional extremamente segmentada, os trecheiros vão perdendo no caminho a força física, seu grande instrumento de trabalho”. Além disso, a diversidade e segmentação impede a criação de vínculos com o trabalho, a família, os lugares, tornando a vida fragmentada e desterritorializada.

Essa população tem o mercado informal como uma das estratégias de acesso à renda, realizando ocupações que são realizadas em condições extremamente precarizadas, como as atividades de bicos, flanelinhas, vigilantes de carro, vendedores e outros. [...] A mendicância não se constitui como a principal forma de obtenção de renda. Vale ressaltar que esses indivíduos buscam a reinserção no mercado de trabalho formal, embora encontram inúmeras barreiras, como baixa escolaridade, ausência de documentação, preconceito e discriminação. (PINTO e GODIM, 2017, p.14)

Para Costa (2005, p.13) “a miséria contribui para que os laços afetivos e culturais sejam rompidos, gerando abandono, fragmentação de relações e de identidades”. A perda de laços comunitários e afetivos afeta a vida das pessoas,

especialmente a saúde mental. Tais fatores, portanto, acabam compondo a falta de pertencimento.

Ambientes com presença de violência, pobreza, ausência de autonomia e sofrimento psíquico podem levar ao desespero e necessidade de fuga, configurando vulnerabilidades diante das drogas (FERTIG, 2013). Laços familiares fragilizados ou interrompidos também contribuem para o envolvimento com tais substâncias (GIMBA, 2013).

A pobreza, as relações familiares fragilizadas, a delinquência, a violência, o trabalho informal e o uso de drogas não conseguem caracterizar as pessoas em situação de rua. Para Machado (2016, p.15) estes aspectos sociais podem estar interseccionados entre si, mas não são exclusivos e restritos ao contexto das pessoas em situação de rua. Sendo assim, o fenômeno população em situação de rua é multideterminado. Para Lopes (2012, p.94) fatores estruturais (como a falta de moradia, trabalho, renda, etc.), fatores biográficos (como rompimentos dos vínculos familiares, adversidades pessoais, doenças, entre outros) e, ainda, fatos da natureza ou desastres de massas (terremotos, inundações, secas e outros) revelam que o segmento social não se explica a partir de um único determinante, embora suas bases estejam vinculadas a sociedade capitalista, como a acumulação capital e a produção de uma massa contínua de desempregados não absorvidos pelo mercado. Portanto essas pessoas são levados a essa situação por condições impostas pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida, por isso, não é uma opção individual.

Desta forma, é necessária a compreensão da multiplicidade deste segmento social. Compreendendo a diferença entre ficar na rua, estar na rua e ser da rua possibilitam ações eficazes com essa população.

Ficar na rua reflete um estado de precariedade de quem [...] Pode ser fruto de desemprego, especialmente na construção civil, quando, junto com o trabalho, se perde a moradia no alojamento da obra. Há também os que, recentes na cidade, não conseguem emprego e não têm para onde ir. [...] Buscam rapidamente uma saída através de plantões de serviço social e procuram emprego ou bicos que lhes permitam pagar uma pensão.

Estar na rua expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. Procuram emprego ou fazem bicos. [...] Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-

se como trabalhadores desempregados. (VIEIRA *et al.*, 1994, p.94 e 95).

Nas situações anteriores os sujeitos apresentam a possibilidade, ainda que remota, de alternar a rua com outros lugares de residência, como albergues, pensões, alojamentos, dentre outros. Já quanto a saída das ruas para aqueles que são da rua:

Este processo torna-se mais difícil à proporção que aumenta o tempo de rua. De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool. [...] Nessa situação torna-se extremamente difícil ser aceito em empresas da construção civil ou de trabalho temporário, ainda que, muitas vezes, o indivíduo recorra ao discurso do trabalhador desempregado que perdeu os documentos. Nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. [...] A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como pensões baratas, albergues, depósitos de papelão e casas de parentes. (VIEIRA *et al.*, 1994, p.94 e 95).

Nas ruas existem pessoas com diferentes históricos e em situações variadas: Ser da Rua – Continuamente; Estar na Rua – Recentemente e Ficar na Rua – Circunstancialmente (ROSA, 2005, p.56 citado por ALVES, 2015, s/p). Esses diversos sujeitos se apropriam da rua como seu espaço de moradia, de trabalho, de sobrevivência, de passagem, e o fazem de forma circunstancial, esporádica ou permanente. Portanto, os grupos apresentados não abrangem todas as situações possivelmente encontradas no espaço das ruas, sendo necessário o reconhecimento das histórias de vida individuais, para não fomentar a segregação com os sujeitos.

Quando o motivo de ida para as ruas envolve as questões familiares, há várias razões que perpassam esse processo. A separação da família pode se dar em função de diversos motivos e atingir diferentes membros, onde Vieira *et al* (1994, p.89) expõe que no caso dos/as chefes de famílias, são frequentes as situações de separação; falecimento; expulsão, muitas vezes em função do alcoolismo; ou em razão do desemprego. Quando se trata de solteiros, são frequentes as situações de expulsão ou abandono da família por causa de violência, maus-tratos ou conflitos com pais e parentes próximos. Pode ocorrer ainda que, pressionados por dificuldades econômicas da família, decidam sair de casa em busca de melhores condições de vida, com o objetivo de retornar com suprimentos para o grupo familiar.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), as transformações na esfera privada que ressignificaram as formas de composição e o papel das famílias são decorrentes dos processos de exclusão sociocultural, das reconfigurações dos espaços públicos no que se refere aos direitos sociais, além das fragilidades e contradições originadas pela crise econômica e do mundo do trabalho. A família, é mediadora das relações entre os sujeitos e o coletivo, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p.41).

No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (PNAS, 2004, p.42).

Uma característica em comum desse segmento social é a ausência de residência fixa, que reforça a instabilidade e a transitoriedade, dificultando o estabelecimento de relações permanentes em vários outros níveis, como no trabalho e na família. Por conseguinte há uma sequência de alternativas precárias para a estadia ou pernoite, como o albergue, a pensão, o alojamento de obra, a rua, dentre outros. Quanto aos serviços de acolhida para as pessoas em situação de rua, a presença do Estado para a consolidação da rede de proteção social com este segmento social dissipou o caráter político presente no atendimento, que anteriormente eram realizadas de forma religiosa e de filantropia, porém “além do prazo restrito para permanência, a sistemática de funcionamento e controle faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em função do caráter disciplinador e repressivo de alguns desses lugares”. (VIEIRA *et al.*, 1994, p. 80). Consequentemente, intensificam-se ainda mais a desproteção social e segregação dos sujeitos.

Sendo assim, aqueles que preferem pernoitar nas ruas precisam criar estratégias para sobrevivência, pois cotidianamente são alvos de violações de direitos e diferentes formas de violências, entendido enquanto proteção e segurança, há ato de agrupar-se. Além de que, nos grupos a pessoa consegue recuperar a sua

identidade pessoal e social, sendo aceita na condição de igual, enquanto que, por outros segmentos sociais, é discriminada e inferiorizada.

A pessoa que usa o espaço público para pernoite sofre violência também de seus iguais, dada a diversidade de segmentos que compõem o mundo da rua. Dormir em grupo, portanto, representa segurança, num certo sentido. Entretanto, quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança, provocadas por possíveis algazarras, bebedeiras etc. (VIEIRA *et al.*, 1994, p. 58).

Morar na rua é cotidianamente atravessar desafios para a sobrevivência. Conforme Dantas (2007), a população em situação de rua encontra-se vulnerável, em vários aspectos. Há vivências contínuas de situações de discriminação por parte da sociedade, violência, imprevisibilidade, adoecimento psíquico e físico e privação de necessidades básicas. Além da desgastante luta diária pela sobrevivência que pode provocar nas pessoas em situação de rua sentimentos de desamparo, angústia, abandono, desespero, perda da autoestima e da identidade, tristeza e indiferença. Portanto, as pessoas em situação de rua estão expostas diariamente aos mais variados tipos de violência.

O abandono à fome, a exposição ao frio, ao calor, às chuvas e às enchentes, ao uso de álcool e outras drogas, como estratégia de sobrevivência, são formas de provocar a morte lenta e silenciosa dessas pessoas, como algo “natural”. Da mesma forma, também são indícios desse genocídio o não acesso aos serviços públicos voltados para atender às necessidades básicas de locomoção, saúde, alimentação, abrigo, segurança à integridade física, educação, lazer, trabalho, renda e conforto; as constantes violações de direitos; a exposição à intolerância e ao preconceito que conduzem aos crimes de ódio, favorecidos pela ausência de segurança pública apropriada e falta de conhecimento das reais causas dessa condição desumana do viver nas ruas. Ou seja, a omissão do Estado e da sociedade são fatores que contribuem para que esse genocídio avance a passos largos, como um processo natural e não provocado. (LOPES, 2012, p. 95-96)

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) têm reivindicado atenção às suas especificidades identitárias de acesso a direitos e garantia de cidadania, traçando possíveis caminhos para responder às exclusões decorrentes de um viés universalista que não contempla as demandas das diversidades, reiterando posições privilegiadas aos grupos historicamente dominantes históricos nas sociedades

capitalistas: homens, brancos, heterossexuais, cristãos, escolarizados, ricos/classe média, etc. (MELLO & GONÇALVES, 2010).

Contudo, podemos sintetizar que majoritariamente a população em situação de rua possui uma teia relacional frágil, vulnerabilidade social fruto de uma sociedade desigual, uma cultura individualista que preza apenas por relações de produtos de troca e não de solidariedade e a falta/insuficiência de políticas públicas. No próximo item analisaremos a condição de gênero na rua.

3.3 Mulheres em situação de rua

Apoderando-nos do pressuposto teórico de que gênero é uma construção social, histórica e cultural do masculino e do feminino, as mulheres em situação de rua não se diferenciam totalmente da realidade das outras mulheres, pois as relações de gênero são relações de poder que estão marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades (SCOTT, 1995). As mulheres que estão nas ruas sofrem com processos de diferenças entre gênero e desigualdades que se materializam nas relações travadas nas ruas, e estas se traduzem muitas vezes em contextos de violência e discriminação. Sendo assim, não podemos reduzir ao patriarcado a explicação de todas as formas de desigualdades e de opressão do gênero feminino, devendo ser considerada também a articulação do gênero à classe social e às diferentes etnias. (SCOTT, 1995).

A mulher em situação de rua é minoria comparada à população masculina, tal contexto evidencia a influência do sistema social patriarcal, que permeia os espaços públicos, privados e as organizações sociais. Há uma imposição de 'papéis patriarcais normativos às mulheres'⁶ socialmente construídos de obediência e procriação, reforçando a supremacia dos homens e a designação da mulher como propriedade privada, ora do pai, ora do marido, limitada ao espaço físico e social da casa. Desta forma, essas mulheres sobrevivem à violência dos homens dentro de seus próprios lares, além de possuírem sua liberdade negada e submetidas ao controle sexual. Para aquelas que não se enquadram no modelo hegemônico e/ou em caso de transgressão, tendem a fragilização e/ou rompimento de vínculos familiares e

⁶ Expressão originalmente utilizada por Alves, Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020

comunitários, e a exclusão social. Sendo assim, as mulheres em situação de rua possuem uma dialética cotidiana que exprime a opressão e a resistência.

A rua deixa de ser o contraponto negativo e passa a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia. Trata-se na verdade, de um processo de perdas, por um lado, e de novas aquisições, por outro. (VIEIRA *et al.*, 1994, p.98). Sendo assim, viver na rua, para as mulheres, é também construir relações de sobrevivência e possibilita encontrar formas diferentes de superar a relação de dominação, à medida que já não está mais restrita ao espaço doméstico limitado e controlado. Na rua ela pode desenvolver um poder de barganha maior e com isso ser mais sujeito do que sujeitada. Em contrapartida, a predominância de homens em situação de rua, e as relações que foram construídas historicamente como a rua sendo um “espaço masculino”⁷, as mulheres são vítimas de preconceitos, violências e violações de direitos de uma maneira intensificada pela construção histórica de desvalorização da mulher e por estar fomentando uma ruptura com a ordem social vigente. Pode-se dizer então que, as mulheres em situação de rua são invisibilizadas, marginalizadas e estigmatizadas de modo exponenciado ao pensar a condição de gênero. Pois a “dificuldade e crueldade se encerram no fato que, somado à sujeição da violência sexual, elas sofrem outros dois tipos de exclusão social anteriores à exclusão da situação de rua: são mulheres e pobres”. (LOPES, BORBA, REIS, 2003, p.51).

Apesar de numericamente inferior, as mulheres que se encontram em situação de rua apresentam questões bastante significativas, pois vivem um processo de violência ainda mais severo em comparação com o vivido pelos homens. É comum serem subjugadas, sofrerem abusos sexuais, espancamentos, e toda a espécie de preconceitos (REIS e GALVANI *apud* LOPES, BORBA, REIS, 2003, p.41).

Analisando a realidade do ponto de vista de gênero, percebe-se que existem diferenças no modo de como homens e mulheres enfrentam as dificuldades que se apresentam no cotidiano da rua. Em número, as mulheres são minoria na rua e, aquelas que lá estão têm trajetórias e adotam estratégias diferenciadas de seus companheiros de rua (COSTA, 2005, p.4-5). Para Tiene (2000, p.20) as mulheres parecem ser menos ameaçadoras para a propriedade privada e para a segurança da sociedade. Isso vincula-se à imagem construída socialmente da mulher ser mais frágil,

⁷ Expressão originalmente utilizada por Narvaz e Koller (2006).

dependente e submissa e o homem mais forte. Sendo assim, há uma a dinâmica interna de diferenciação dos papéis entre o masculino e feminino que é preservada entre a própria população em situação de rua.

As mulheres que permanecem nas ruas enfrentam cotidianamente o caráter masculino do espaço público que se projeta sobre o universo feminino das ruas. Muitas vezes se veem obrigadas a escolher um parceiro para ajudar a sobreviver. Segundo Tiene (2004), as mulheres em situação de rua nunca estão sozinhas e procuram conviver em grupos como forma de proteção; muitas procuram companheiros para se sentirem seguras, sendo várias vezes submetidas sexualmente para garantir a segurança de outros. De acordo com Monteiro (2015, p.125) a violência contra estas mulheres estão presente em seu cotidiano, inclusive por parte dos próprios companheiros que as acompanham e as protegem na vida nas ruas, de forma que favorecem a constante submissão em todos os aspectos. Sendo assim, a violência se torna um tema transversal ao considerarmos a mulher em situação de rua.

Situamos a violência no seu sentido amplo e não só interpessoal, considerando que os diversos processos de violação de direitos aos quais as mulheres estão submetidas estão conectados aos valores que instituem a sociabilidade machista e capitalista, não por coincidência determinados por condições de extrema carência no campo das necessidades materiais interpostas para a vida humana e para as mulheres, de maneira mais agravada. (OLIVEIRA & MEDEIROS, 2015, p.267)

Considera-se necessário resgatarmos o contexto sócio-histórico do Brasil, para compreendermos o fenômeno da violência. Para Minayo (2006, p.26) a ausência de sintonia cultural, moral e espiritual entre um povo que chega como dominador e a miscigenação com o povo que aqui se encontra, constitui o sentimento que alimenta os vários tipos de segregação e crueldade, sobretudo, contra a população pobre. Além do tratamento desumano no período de colonização do Brasil, a violência sempre esteve presente nos mais variados períodos. Deve, portanto, ser objeto de reflexão, “à aculturação dos indígenas, à escravização dos negros, às ditaduras políticas, ao comportamento patriarcal que perpetua abusos contra mulheres, aos processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho”. (MINAYO, 2006, p.27).

Portanto, a formação da sociedade brasileira é constituída por meio da exploração e dominação, que ocorreu de forma demasiada às mulheres indígenas e negras, “por isso não podemos desconsiderar estes processos e a forma como o mesmo influencia a situação atual destas mulheres na sociedade” (ALMEIDA, 2010, p.37). A violência no Brasil é estrutural e enraizada em todas as relações sociais, sendo esta um chão fértil para as desigualdades culturais, de gênero e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras, que vêm aumentando nos últimos anos com a evolução da industrialização e globalização. A violência estrutural, aponta Minayo (1990, p.290), é "aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora". Sendo assim, propicia o fomento de outras violências.

Portanto, não se pode desconsiderar que já existe, com anterioridade, na expressão violência contra a mulher, uma ordem simbólica demarcada pela desigualdade que está presente e organiza o cotidiano da vida social, regido por assimetrias existentes entre homens e mulheres. Assim, a dimensão relacional de gênero, independentemente do tipo de vínculo que é mantido entre homens e mulheres, não pode ser dissociada de qualquer manifestação ou expressão de prática de violência, uma vez que potencializa as dessimetrias presentes tanto no contrato conjugal como na vida social em geral. Ou seja, nessa perspectiva, não pode haver dissociação entre as manifestações de violências estruturais e as violências interpessoais. (BANDEIRA, 2009, p.405).

Quando falamos em violência contra a mulher, nos deparamos com a falta de dados e impasses jurídicos que dificultam traçar um retrato completo da violência. No caso das mulheres em situação de rua a situação dificulta ainda mais, pois elas vivem em total abandono no aspecto das políticas sociais, além da própria falta de documentação tornar ainda mais difícil a acessibilidade a essas políticas. “Na rua, as mulheres procuram não dormir sozinhas porque correm o risco de serem agarradas à força, e o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé, de carro ou mesmo dos vizinhos da aba...” (JORNAL BOCA DE RUA, nº.59, 2016). As diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais. Denominadas violência de gênero, são também violação dos direitos das mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.51). Para Saffioti (2004) A violência contra a mulher é

inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, o gênero, a classe e a raça/etnia são igualmente estruturantes das relações sociais.

Minayo (2005, p.4-5) focaliza as relações entre as formas de viver a masculinidade e a cultura da violência, tendo como parâmetro a análise de valores de longa duração que estruturam a cultura patriarcal. Desde a antiguidade há a concepção da figura masculina como sujeito da sexualidade, e ritualizado como lugar de ação, decisão e chefia das relações familiares e, em consequência como agente do poder da violência, “havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas”.

Entre as diferentes possibilidades de expressão do preconceito, encontra-se o sexismo, que dissemina atos discriminatórios às mulheres e busca estabelecer o papel social que cada gênero deve exercer. Segundo Ferreira (2004), o sexismo seria resquício da cultura patriarcal, isto é, um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, sendo legitimado por atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais e sociais que as normatizam. Resultado de um sistema social sexista, a mulher é fruto da exclusão de gênero. No caso das mulheres em situação de rua, a marca do estigma e o medo da violência, as deixam à margem do empoderamento do seu corpo em troca da segurança e reproduzem com um peso ainda maior a relação que Scott (1995) afirma ser de subordinação da mulher e dominação do homem.

Este cenário gera um ambiente propício à proliferação da banalização da violência contra a mulher, que perpassa o social, o psicológico, econômico e político, tornando difícil identificar os traços nocivos mais sutis. De acordo com Bourdieu (2005) citado por Toledo (2019, p.30) a violência de gênero deve ser compreendida como uma categoria ampla, abrangendo os homens também, como vítimas da construção dos papéis sociais, sem descortinar que na ideologia sexista o masculino situa-se no polo positivo de dominador.

A violência sexual é mais uma das expressões violentas que o patriarcado construiu socialmente e encontra-se habitualmente presente no cotidiano das mulheres em situação de rua. De acordo com Brownmiller *apud* Garcia (2018, p.2),

em 1975 já se dizia que a cultura norte americana apoia o estupro, pelo modo como define a sexualidade masculina como naturalmente agressiva. Desse modo, o papel atribuído socialmente às mulheres e aos homens tem um significativo na vida de inúmeros sujeitos, inclusive para a concretização da prática da violência sexual. “Nossa cultura pode ser caracterizada como uma cultura do estupro porque a imagem de uma relação heterossexual está baseada no modelo da sexualidade masculina agressiva”. (HERMAN, 1984, p. 46). A figura masculina de virilidade e força impulsiona a naturalização da agressão e dos estupros, uma vez que, as mulheres possuem a caracterização socialmente esperada de serem discretas e não tomarem iniciativa declarada ao ato sexual, mas seduzir e provocar o desejo masculino, assim como descrito nos tópicos anteriores, acaba por construir dúvidas quanto à provocação feminina. Ou seja, o estupro é uma construção social da masculinidade, visto que nas sociedades matricêntricas era excepcionalmente raro os caso de violência sexual.

De acordo com o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) que apresentou uma pesquisa produzida em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”. Sendo assim, há nitidamente a naturalização e banalização da violência. Para Garcia (2015, p.10) os homens que estupram buscam poder, mas os homens também usam seu poder para conseguir sexo das mulheres, às vezes sob condições que não são legalmente definidas, mas que envolvem diferentes níveis de controle e coerção. Tendo como consequência a limitação ou anulação o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Rosa e Brêtas (2015) afirmam que “a questão do abuso sexual sofrido por mulheres em situação de rua aparece como um grave e recorrente problema, sendo uma das causas preponderantes para o abuso de drogas”. Glória e Vianna (2013) apontam que o uso e dependência de drogas em mulheres em situação de rua tem como fatores de risco desde problemas de violências diversas e exclusão social, condições ambientais e de desenvolvimento também devem ser considerados, bem como a história de infância, adolescência, história familiar, relacionamentos e circunstâncias sociais e históricas. Além disso, pesquisas indicam que: “o consumo abusivo e/ou a dependência do álcool traz, reconhecidamente, inúmeras

repercussões negativas sobre a saúde física, psíquica e ‘social’ da mulher” (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p.61).

De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, a violência patrimonial se constitui em: “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011, p.22). Sendo assim, tal violência pode-se caracterizar sobre três condutas: *subtrair* (mais conhecida como furto, tendo como situação mais comum a subtração de valores da mulher para compra de bebidas ou drogas); *reter* (apropriação indevida); e *destruir* (danificar bens da mulher). Constitui-se como crime quaisquer destas condutas.

A violência física refere-se a qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal. Várias mulheres em situação de rua sofrem esse tipo de violência, seja pela população da sociedade civil, pelo seu companheiro e/ou até mesmo policial. Mas, em muitos casos não há denúncia, pois muitas vezes são colocadas como cúmplices de atos violentos e temem procurar as delegacias ou outros institutos jurídicos. Em 2019 foi lançado pelo Ministério da Saúde um Boletim Epidemiológico que analisa as notificações de violência contra a população em situação de rua nos anos de 2015 a 2017, e o tipo de violência que obteve maior notificação foi a física com 92,9% dentre as demais. Outro dado alarmante publicado neste Boletim Epidemiológico foi sobre as notificações de violência, que houve com maior frequência em indivíduos do sexo feminino, sendo 50,8%, mesmo estas serem a minoria na rua. Diante de tal contexto, o Boletim ainda nos mostra que as mulheres transexuais que obtiveram um número superior quanto às notificações de violência, sendo assim, a situação de rua para essas mulheres se tornam ainda mais problemáticas, sobretudo no que diz respeito ao estigma e à inserção no mercado de trabalho. Neste caso o preconceito é duplo, pelo fato de ser mulher e pela incapacidade que a sociedade ainda tem de lidar com as questões de gênero.

Como expressão máxima da violência de gênero, ocorre o feminicídio, o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do simples fato de ela ser mulher, ou seja, a nítida desigualdade de poder de gênero e por construções históricas, culturais, sociais e políticas discriminatórias. O feminicídio é a última instância de

controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. São milhares de mulheres que são vítimas, e de acordo com os dados da 13ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio, sendo 61% de mulheres negras e em 88,8% dos casos, o autor era o companheiro ou o ex companheiro da vítima. Sendo este um dos traços desafiadores das políticas de prevenção e proteção contra a violência de gênero, pois ocorrem em relações afetivas, das quais se espera segurança e confiança, e que habitualmente estão carregadas de tabus a respeito da esfera doméstica e familiar, onde o homem sente-se possuidor da mulher. A apropriação de um cidadão como uma propriedade privada traz uma série de problemáticas, uma vez que, houve a naturalização deste contexto, mas que não é um acontecimento atual. Sendo assim, em nome da defesa da honra masculina, vê-se que as mulheres que transgridem os papéis socialmente impostos, sofrem violências cruéis. Na idade média, as mulheres que desrespeitam o poder masculino eram queimadas como bruxas, assim como visto anteriormente, pois toda forma de liberação e igualização feminina é tida como uma ameaça ao *status quo*.

Observa-se que a maioria da violência viril está relacionada ao fato de as mulheres não responderem plenamente ao padrão ideal de comportamento normativo a elas atribuído nas relações familiares. Essa incompatibilidade está na origem das razões “legítimas” que o marido/companheiro invoca para o uso de um ato corretivo e disciplinador. (BANDEIRA, 2009, p.410).

Quando o feminicídio ocorre, é majoritariamente, o desfecho de uma série de outras violências já experimentadas no âmbito da relação afetiva, mas que muitas vezes a mulher não denuncia, pois há uma ideologia normativa a família e as relações socioafetivas, como uma instituição natural, sagrada, na qual se desenvolve apenas relações de afeto, carinho, amor e proteção, a ser preservada na sociedade (STREY, 2001 citado por TOLEDO, 2019, p.25). Afinal, a segregação social e política contra as mulheres produzem a invisibilidade destas como sujeito de direito (LOURO, 1997). A consequência se mostra explicitamente quando as vítimas continuam no ciclo da violência, que podem culminar ao feminicídio. As razões de manter-se no relacionamento variam, como a dependência emocional, dependência financeira, pressão da família extensa, dos amigos que cobram a permanência do relacionamento, do julgamento da sociedade para a mulher divorciada e a igreja, sendo esta uma das mais influentes, uma vez que, a religião está associada com a

paz, o amor, o bem comum da humanidade, que contribuem para a compactuação e reprodução da violência contra as mulheres, pois tornam-se cúmplices do silêncio e omissão, não denunciando as violências (GERBARA, 2010 citado por TOLEDO, 2019, p.34). Por isso, a religião possui um papel fundamental na conservação dos papéis patriarcais normativos às mulheres, na banalização da violência e na invisibilidade da violência de gênero.

Há a lei Maria da Penha, sancionada em 2006, uma legislação que veio para dar atendimento integral e específico para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, rompendo com a tradição de tolerância e omissão do Estado, da Sociedade e da própria Justiça com relação a essa vertente da violência (SANTOS, 2018, p.29). Uma legislação que representa um avanço significativo aos direitos das mulheres, como também, um marco das lutas feministas no Brasil, sendo considerada pelas Nações Unidas como uma das legislações mais desenvolvidas do mundo. (TOLEDO, 2019, p.28). Contudo, há uma série de problematizações com relação à legislação, por possuir um caráter prioritariamente no campo punitivo e não preventivo, sem contar que os motivos para a baixa notificação giram em torno do medo de retaliação por parte do agressor, o despreparo e a falta de qualificação dos profissionais no atendimento às vítimas, medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia e descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, uma vez que, a legislação e o campo jurídico é construído majoritariamente por homens, os quais possuem privilégios construídos socialmente, por isso “o sistema jurídico não assegura, necessariamente, a efetividade do emprego da lei em toda sua extensão formal e substancial de modo equivalente para homens e para mulheres” (BANDEIRA, 2009, p.410). Em 2015 foi sancionada a lei do feminicídio, n. 13.104/15, que define o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, e a pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

Se a lei não ocorre de forma igualitária para os gêneros, quem dirá quando se tratar de recortes de raça e classe, uma vez que, possuímos uma sociedade altamente desigual, racista e machista. Para as mulheres em situação de rua, que mal possuem o acesso a documentação e formas dignas de sobrevivência, a exclusão e a negação dos direitos humanos e sociais se tornam demasiada. Esta limitação de direitos, dificulta o exercício de liberdade, dos direitos políticos, da participação na comunidade, bem como seu reconhecimento como pessoa. “As restrições nas formas de acesso aos bens e serviços urbanos limitam o direito à cidade onde se concentram

amplamente as expressões da questão social” (ALVES, 2015, s/p), por decorrer de radicais mudanças na divisão social e técnica do trabalho, que atingem diretamente a população menos favorecida economicamente.

Como consequência da persistência dos estereótipos de gênero na sociedade, nas instituições e no próprio Sistema de Justiça, a mulher enfrenta, ainda hoje, todo o legado de desconfiança de sua narrativa, que se reflete no tratamento discriminatório, desumanizado e revitimizador, quando relata ter sido vítima de violência sexual [...] Infelizmente, a ausência de pensamento crítico sobre a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero nesses processos tem sido responsável pelas mais graves ocorrências de violência. (SANTOS, 2018, p.29-30)

Outra problemática vivenciada pelas mulheres em situação de rua implica no lidar com as particularidades do universo feminino, como o ciclo menstrual, gravidez e outras situações biológicas, que complicam-se ao estar na rua com precárias condições de acesso ao saneamento básico, além disso, Silva (2009, p. 148) nos coloca que “à mulher foi reservada o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, que implica relações de trabalho desiguais e muitas vezes opressão sexual, ambos reproduzidos na situação de rua e de forma acentuada”. Ou seja, o amor materno também fora construído historicamente na sociedade como mais uma forma de controle e submissão das mulheres e, conseqüentemente, esses papéis atribuídos às mulheres a tornam como sujeitos passivos, limitando o espaço privado com a função de procriadora e cuidadora. A mídia reforça este cenário, gerando culpa para as mulheres que não se limitam à esfera doméstica e aos papéis patriarcais e normativos com relação a maternidade. Para Keil (2001) citado por Narvaz e Koller (2006, p.52), a impossibilidade de cumprir adequadamente o papel materno normativo é vivenciada como incapacidade para a sociedade, atribuída como uma falha individual, descolada do contexto sócio-histórico que a produziu. Para Sarmiento (2017, p.48) é perceptível a desumanização dos modos que Estado gerencia as mulheres que fazem da rua seu domicílio, em especial no tocante à violação do direito à maternidade, que reflete inegavelmente a criminalização da pobreza, considerando a grande quantidade de mulheres que tiveram seus filhos retirados (todas com trajetória de rua) enquanto dificilmente a justiça intervém em lares abastados para verificar em quais condições os filhos estão sendo criados.

Ao depositarem individualmente na figura da mulher-mãe-trabalhadora a responsabilidade por sua condição de pobreza, de abandono e/ou negligência no cuidado dos filhos e filhas, discursos científicos e sociais isentam os homens, o Estado e a comunidade de sua responsabilidade social. (NARVAZ, 2005)

Um item relevante sobre as mulheres em situação de rua é sua invisibilidade, que se expressa demasiadamente ao considerar que o movimento feminista também não as vêem. Para Sarmiento (2017, p.45-46) Embora haja uma grande mobilização dos movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres, o que se observa é que as mulheres em situação de rua não são contempladas nesse discurso. Evidente que esta é uma luta imprescindível, não obstante, torna-se necessário questionar para quais mulheres o tal empoderamento realmente chega.

Compreende-se que a mulher em situação de rua enfrenta discriminação pelo gênero, por estar em vulnerabilidade social (preconceito de classe) e, em sua grande maioria, por ser negra (racismo) é o ponto chave da discussão que pretende a interseccionalidade para analisar de modo articulado o entrelaçamento dos marcadores na constituição das desigualdades sociais.

Apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social que são construídas no cotidiano, pois é nesse sentido de reinventar que precisamos pensar as lutas por direitos para as mulheres moradoras de rua, como para outros segmentos sociais que historicamente são estigmatizados e totalmente esquecidos no enfrentamento e nas lutas contra essas desigualdades nesse contexto de crise da sociedade brasileira. (ALVES, 2015, s/p)

Ao compreendermos a multiplicidade e heterogeneidade da população em situação de rua e suas individualidades e vivências, torna-se viável o rompimento com os estigmas e preconceitos. A compreensão do modo de vida dessas mulheres permite-nos olhar também suas potencialidades, como um sujeito capaz de transformações. Sendo possível através das políticas sociais, uma atuação que lhes ofereçam dignidade, embora sejam poucas alternativas e acesso precário e/ou inexistente.

3.4 Ordem Patriarcal de Gênero e Serviço Social

O início da profissão no Brasil ocorreu na década de 1930, quando se desencadeou no país o processo de industrialização e urbanização de forma exacerbada, trazendo profundas modificações na sociedade e o acirramento da contradição entre capital e trabalho, impedindo a sociedade burguesa de ignorar sua existência e demandando intervenções sobre as suas expressões. O Serviço Social é uma profissão que atua nas manifestações da questão social, estando entre elas, as relações de gênero.

O Serviço Social era designado como uma profissão de ajuda e ajuste moral de indivíduos, desenvolvendo suas potencialidades a fim de ajustá-los à sociedade capitalista. Em síntese, a gênese da profissão se articula com relações de ajuda, de cunho assistencialista e sob influência direta da Igreja Católica e de setores dominantes da sociedade, em sua maioria constituídas por mulheres. “A predominância de mulheres nas obras assistenciais era justificada na compreensão de uma suposta vocação natural delas para tarefas de caráter caritativo e educativo” (PATRIARCHA; FORTUNA, 2018, p.115). Yasbek relata que o profissional era reconhecido nesta época como:

[...] profissional da ajuda, do auxílio, da assistência, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos, orientando e esclarecendo a população quanto aos seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação Estado, instituição e classes subalternas (YAZBEK, 1999, p. 95).

A Doutrina Social da Igreja tem por base as encíclicas papais, sendo duas dessas a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Tais documentos interpretam a questão social enquanto fruto de um problema moral da sociedade. Sendo assim, essa perspectiva acredita em uma harmonia de classes e na humanização do capital, considera ser possível atenuar a desigualdade social, sem questionar a viabilidade do capitalismo (GUEDES 2000, 63).

Essas características foram historicamente atribuídas pela ordem patriarcal de gênero à suposta natureza feminina. Não foi por acaso, portanto, que o Serviço Social brasileiro emergiu como profissão majoritariamente constituída por mulheres. Assim, a profissão foi

caracterizada pelo exercício do cuidado. (PATRIARCHA & FORTUNA, 2018, p.116)

Para muitas mulheres a caridade e a assistência se tornaram como mecanismos de resistir à submissão e se colocarem em espaços públicos. “Estas atividades eram consideradas ‘trabalho de amor’ e ‘extensão das tarefas domésticas’” (PERROT, 1994, p.2, citado por SILVA, 2009, p.37). Por isso não houve rejeição da sociedade patriarcal, afinal era mais uma forma de legitimar os papéis atribuídos socialmente. As mulheres que realizavam tais trabalhos possuíam prestígio, enquanto que, aquelas que invadiam os espaços masculinos de trabalho e assuntos públicos eram comumente estigmatizadas. As determinações da ordem patriarcal de gênero na origem do Serviço Social se deram em razão de seu quadro profissional ser composto majoritariamente por mulheres, mas “também pelas práticas das primeiras assistentes sociais junto à classe trabalhadora, principalmente aquelas em relação às mulheres, que eram reproduções explícitas da manutenção do ideário patriarcal e conservador.” (PATRIARCHA; FORTUNA, 2018, p.117)

A partir da década de 1940, houve uma atualização teórico-metodológica da profissão, aproximando-se do positivismo. Tal concepção, também fomentava a refuncionalização da ordem patriarcal de gênero, reforçando determinismos biológicos, em benefício da conservação da ordem social vigente.

A influência da matriz teórico-positivista na formação das/os assistentes sociais daquele momento não colidiu com a perspectiva conservadora existente na profissão sobre as atribuições socialmente construídas a respeito das mulheres na sociedade. Pelo contrário, reforçava a suposta missão das mulheres na preservação da moralidade cristã na sociedade. (PATRIARCHA; FORTUNA, 2018, p.117)

A crítica ao Serviço Social conservador inicia-se na década de 1960, com os primórdios do movimento de reconceituação, que inicialmente legitimou-se numa dinâmica de continuidade das práticas conservadoras do estágio anterior da profissão, com suas bases teórico metodológicas voltadas para a fenomenologia, que compreendia a realidade no campo microssocial, ou seja, não questionando as estruturas sociais, centrando apenas no indivíduo, que conseqüentemente, permanecia o pensamento conservador. Na intenção de ruptura que os/as assistentes sociais se aproximaram da teoria crítica de Karl Marx, que de fato contribuiu para o

questionamento do referencial teórico. Nessa concepção, se afirmou o comprometimento do Serviço Social com a classe trabalhadora e, sobretudo, reafirma-se a perspectiva de transformação social, apontando o compromisso da profissão com uma direção pautada na oposição ao Sistema de Dominação/Exploração vigente. “Uma de suas orientações se caracteriza pela construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 2009, p.155).

Lisboa questiona acerca da tendência homogeneizadora de construção do pensamento social com a incorporação da teoria marxista. Segundo a autora, a teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsidera de certo modo, a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que se manifestam no cotidiano das práticas, “entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero” (LISBOA, 2010, P.67). A compreensão das relações sociais, deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero e de raça/etnia. Os estudos de gênero fomentam a reflexão da nossa condição histórica, sobre a origem das desigualdades sociais e “capta o cotidiano e a realidade das pessoas atendidas nos espaços institucionais: um cotidiano inserido em nucleamentos da esfera da vida, para além da produção”. (LISBOA, 2010, p. 68). No tocante ao desenvolvimento da profissão, é mister entendê-la na lógica das transformações que afetam a dinâmica da vida social (NETTO, 1996). Pois ao extrapolar o universo do Serviço Social podemos compreendê-lo com maior nitidez e “apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão.” (IAMAMOTO, 2008, p.7)

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 104-105)

As lutas transversais à de classe foram apropriadas pelo Serviço Social no final de 1980 e meados de 1990, onde gênero começa a ser debatido e estudado, e fora apreendida pela categoria profissional nas Diretrizes Curriculares de 1996, ainda que de forma incipiente. Percebe-se que houve um tardiamento do estudo de gênero no

Serviço Social, mesmo que sua trajetória seja transpassada pelas relações de gênero. Quanto a esse acontecimento, Lisboa afirma que:

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os “estudos de gênero” em substituição a “estudos feministas” ou “da condição feminina”. Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras. (LISBOA, 2010, p.71)

A aproximação da profissão com os movimentos engendrou mudanças positivas, ao entendimento de gênero enquanto construção social, histórica e cultural, para a ampliação do debate e conquista de direitos, “uma vez que se atenta para temas que são articulados a categoria de gênero e são marcados pelos efeitos da discriminação e desigualdade social, que interferem de maneira direta e negativa na vida das pessoas” (SOUSA; MOURA, 2013, s/p). Sendo assim, há a necessidade de articulação entre o Projeto Profissional e o movimento feminista, inserida no conjunto das lutas sociais com as quais o Serviço Social se articula, pois as lutas feministas sempre tiveram em pauta as necessidades das mulheres como uma especificidade a ser levada em conta nas políticas. (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2015, p.277). Afinal os/as assistentes sociais atuam, majoritariamente, com mulheres na condição de população usuária de seus atendimentos, pois a maioria dos programas compreendidos nas políticas públicas de combate à pobreza têm como beneficiárias diretas as mulheres.

Portanto, a categoria gênero é um instrumento fundamental para análise social e o serviço social deve se apropriar da mesma, como forma de contribuir para compreensão da dinâmica social e buscar estratégias que contribuam para minimização da desigualdade de gênero, bem como para eliminação de práticas de violência, preconceito e discriminação. Deste modo, tal reflexão tem sua importância também por auxiliar no enfrentamento da desigualdade social, presente de maneira acentuada no sistema capitalista, o qual intensifica o patriarcado e a dominação de uns sobre os outros. (SOUSA; MOURA, 2013, s/p)

Quanto à ordem patriarcal presente na sociedade, influencia demasiadamente na institucionalização da profissão, “pois se constata que, nos locais onde exercem sua profissão, as(os) assistentes sociais encontram-se imersos em relações hierárquicas onde predominam correlações de força, de dominação e de poder”. (LISBOA, 2010, p.67). Sem contar que, ao falar de patriarcado, compreendemos que o conceito não é unânime e que se configura de diversas formas de dominação e subordinação, intrínseco nas relações sociais. “É um sistema de dominação que se faz presente nas diferentes instituições sociais, desde a família ao Estado, apresentando-se em todos os espaços da sociedade” (ALMEIDA, 2010, p.24). Sendo assim a necessária e urgente apropriação do Serviço Social com o tema, uma vez que há pouca teoria academicista entre a profissão e a ordem patriarcal de gênero.

3.5 A intervenção do Assistente Social Com a População em Situação de Rua

A gênese do Serviço Social possui uma vinculação intrínseca com as relações sociais que se estabeleceram com o advento do capitalismo. Dessa forma, surge como intervenção do Estado para trabalhar com as múltiplas expressões da questão social, sendo uma delas, a população em situação de rua. Para a consolidação de uma rede de proteção social com estes sujeitos é necessário a intersectorialidade de políticas e uma atuação interdisciplinar, com ênfase na intervenção do profissional do Serviço Social, uma vez que este deve ser compreendido enquanto espaço de travessia para o acesso às demais políticas. “Nessa perspectiva, além de ser ampliada em oferta, precisa também se adequar, aproximando-se cada vez mais da realidade de vida dessa população” (COSTA, 2005, p.8), e a busca constante de qualificação da oferta que disponibiliza, garantindo condições dignas de atendimento e acolhimento.

O atendimento à população em situação de rua, a priori, era realizado por organizações da sociedade civil, que em muitos casos possuíam cunho assistencialista, distantes “da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado” (COSTA, 2005, p.6). Este panorama começou a se alterar apenas no final da década de 1980 com a Constituição Federal de 1988, que assegura os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, instituindo o sistema de seguridade social, onde a proteção social torna-se composta pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A implantação da Norma Operacional Básica

de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) na Resolução nº 01, de 25 de Janeiro de 2007, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) objetiva a consolidação da Assistência Social como uma política pública e a garantia da participação da sociedade nesse processo.

Nessa direção, destaca-se como significativo na concepção de Seguridade Social: a universalização; a concepção de direito social e dever do Estado; o estatuto de política pública à assistência social; a definição de fontes de financiamento e novas modalidades de gestão democrática e descentralizada com ênfase na participação social de novos sujeitos sociais, com destaque para os conselhos e conferências. (CARTILHA PAASS, 2010, p. 17).

Portanto, o poder público passa ter a responsabilidade de manter os serviços e programas de atenção à população em situação de rua, “garantindo padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de ‘mínimos existenciais’ e de direitos de cidadania a esse segmento social” (COSTA, 2005, p.6). No acesso a este mínimo existencial, garantido pela Constituição Federal de 88, estão o direito à liberdade, educação, saúde, assistência social, moradia, alimentação e segurança.

Além disso, com as legislações (Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS) “rompe-se” com ações de assistencialismo e caridade, tornando a assistência social como política pública e direito do cidadão, com o objetivo de transformar em ações diretas “os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS (1993), por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil” (PNAS, 2004, p.12). E somente em 2005 que a LOAS:

[...] recebe alteração com a inserção da obrigatoriedade de se formular programas que amparasse as pessoas em situação de rua, sendo assim, o poder público atuante nos municípios, tem o dever de sustentar os serviços e os programas de atenção à população em situação de rua no país (ARRUDA, 2014, p. 105).

Através da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), todos os municípios possuem a obrigação de assegurar os direitos da população em situação de rua, na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, entre os

quais estão o Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República.

O Serviço Especializado de Abordagem Social, é ofertado, de forma continuada e programada, “com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras” (TIPIFICAÇÃO, 2009, p. 31). Os objetivos são:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p.32)

Quanto ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, que possui como objetivo:

Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p.40)

O Serviço de Acolhimento Institucional, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) é previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Que possuem as seguintes modalidades:

Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto; ou atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com

profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p.45)

E por fim, o Serviço de Acolhimento em República, que oferece proteção e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação.

O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. [...] É destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas. O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p.51)

Além da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que possui a finalidade de fundamentar a ressignificação da oferta e da garantia do direito socioassistencial, de acordo com a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua é responsabilidade da assistência social viabilizar os programas governamentais que se constituem no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa Bolsa Família e é essencial a Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais e dar visibilidade a este segmento social.

No ano de 2014 houve um grande avanço quanto a área da saúde, que publicou a Cartilha sobre Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano, possuindo como objetivo expor diretrizes e ações “para a melhoria das ações de saúde para a População em Situação de Rua; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir seu acesso aos serviços de saúde, com

atendimento integral e humanizado”. (CARTILHA SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2014, p.5)

Dentro das conquistas da população em situação de rua, situamos a publicação do Plano Operativo de Saúde para a População em Situação de Rua e a implantação do Programa Consultório na Rua, que visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde. Entretanto, sua relevância é demasiada, uma vez que:

Entre essa população são recorrentes os relatos de recusa em ir para unidades de saúde devido a episódios de mau atendimento em hospitais, de negação a atendimento e impedimento de entrada nas unidades de saúde. Um dado que confirma essas alegações foi trazido pela Pesquisa Nacional [...] que revela que 18,4% das pessoas em situação de rua já passaram por experiências de impedimento de receber atendimento na rede de saúde. (CARTILHA SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2014, p.26).

A área da saúde além de constituir um campo de intervenção profissional do Serviço Social, possibilita o diálogo com a área da assistência social, visto que, a intersectorialidade é fundamental para a população em situação de rua. Sendo o consultório de rua um dos espaços sócio ocupacionais da profissão, são formados por equipes multiprofissionais e as atividades são realizadas de forma itinerante desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Quanto o trabalho do assistente social frente a violência de gênero, pode se concretizar em diversas instituições: desde os CRAS e os CREAS, que em muitas vezes são as portas de entrada quanto as denúncias, até as Delegacias de Polícia, Vara da Violência Doméstica, Defensoria Pública, Ministério Público e os Centros e Casas de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Doméstica. Neste sentido, o profissional da assistência social deve acolher a vítima, orientando quanto aos seus direitos e os abrigamentos existentes, além de encaminhar para a rede de serviços, sendo fundamental portanto o acompanhamento psicossocial neste processo, buscando o empoderamento da mulher em uma abordagem emancipatória.

Entretanto, a população em situação de rua, especialmente as mulheres, sofrem demasiadamente com o contexto atual de regressão de direitos, com o avanço

da ideologia neoliberal, onde as conquistas aos sistemas de proteção social direcionou as intervenções do Estado para o mercado e organizações da sociedade civil, a fim da efetivação das políticas públicas. Sendo assim, Yazbek (2001) afirma que o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, regredindo a um caráter assistencialista os direitos sociais. Além disso, há uma reversão negativa quanto às políticas, voltado para a focalização e não no âmbito da universalização de direitos sociais. Com tais modificações e retrocessos da contemporaneidade, Iamamoto (2008, p.2) afirma que “crescem, com isso, as desigualdades e, com elas, o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais”. De acordo com Oliveira e Medeiros (2015, p.275) os desafios para a consolidação dos direitos das mulheres no atual contexto de articulação entre o capitalismo e o patriarcado, implica-se na negação de direitos históricos e legalmente conquistados. Neste cenário, o significado do trabalho profissional do Serviço Social se modifica e transforma, a partir da mercantilização e a financeirização dos serviços públicos e, a transformação das políticas sociais em uma forma de rentabilidade para o capital.

A profissão, marcada pela polarização de suas relações e interesses de projetos societários distintos “participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2008, p.10). Ou seja, o exercício profissional permite a continuidade do sistema vigente quanto a criação de possibilidades de transformação. Por isso compreende-se necessário a compactuação com o Projeto Ético Político da profissão e o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados.

Entretanto, mantém-se o posicionamento hegemônico do Serviço Social de que a luta coletiva interpõe-se como principal instrumento de transformação, bem como reafirma e defende a necessária inserção dos/as assistentes sociais nesse processo, posto que a luta das mulheres é central e estratégica para a construção de uma sociabilidade justa e igualitária. (OLIVEIRA & MEDEIROS, 2015, p.282)

Neste sentido, o Serviço Social defronte com contexto de regressão dos direitos, possui o desafio a construir estratégias coletivas e democráticas ao enfrentamento das situações vivenciadas pela População em Situação de Rua, o acesso às políticas públicas, a defesa da igualdade nas relações de gênero, posto

como princípio do Projeto Ético e Político da Profissão e a luta de uma nova ordem societária em que possa ser viabilizado o projeto de emancipação humana e com ele uma nova realidade para as mulheres.

4 APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS.

4.1 Metodologia da pesquisa

A metodologia da pesquisa foi a qualitativa de caráter exploratória e descritiva, que possui o intuito de gerar dados que contribuam para a análise, reflexão e visibilidade sobre as mulheres em situação de rua e suas particularidades, compreendendo que tal pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2001, p.21-22). Portanto, o objetivo é investigar os fatores que abarcam esta temática, analisando as vivências e experiências destas mulheres e seu acesso às políticas sociais, frente ao sistema capitalista e patriarcal.

Os procedimentos utilizados se concretizaram a partir do levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas. Tal técnica de coleta de dados, propicia um espaço dinâmico, com a possibilidade de descrição às suas experiências de modo livre e espontâneo, viabilizando uma análise de suas particularidades e multiplicidades referentes à temática proposta.

A pesquisa foi aplicada no município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, com oito mulheres em situação de rua. Os relatos foram obtidos através de uma busca ativa e as entrevistas foram gravadas e transcritas com autorização expressa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que se encontra em anexo. Posteriormente, foi realizado um questionário semiestruturado com duas assistentes sociais que atuam em políticas sociais voltadas às pessoas em situação de rua, especificamente na Política de Assistência Social. Desta forma, as entrevistas foram realizadas através de e-mail, com a devida autorização assinada, que se encontra em anexo.

Sendo assim, o intuito da pesquisa decorre da compreensão das vivências das mulheres em situação de rua, e do acesso às políticas sociais no município. Convém salientar que as entrevistadas estavam sob efeito de substância psicoativa durante as entrevistas, o que limitou relativamente algumas respostas exigindo da pesquisadora a busca de dados complementares.

4.2 Caracterização do Município de Mogi Guaçu

O município de Mogi Guaçu, segundo o IBGE em seu último censo no ano de 2010, possui 137.245 habitantes com estimativa para 2020 de 153.033 habitantes. Sua economia é mais voltada para área de serviços, seguida das indústrias e agricultura. Há muitos anos, o município era considerado como a “cidade das cerâmicas”, mas atualmente conta com grandes empresas multinacionais, tais como a International Paper, Ingredion e Mahle.

De acordo com o MDS (2017), o município é considerado de grande porte, com 95% da população urbana. No último censo do IBGE (2010), havia 1.506 pessoas em extrema pobreza e em 2018, havia um total de 2.017 famílias em extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único e com isso foram deferidos 886 benefícios de superação da extrema pobreza, além de 2.869 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Ainda em 2018, referente ao Benefício de Prestação Continuada, haviam 1.089 beneficiários PCD e 610 beneficiários idosos.

No tocante aos equipamentos da rede socioassistencial do SUAS, temos três CRAS e um CREAS, além de nove unidades de acolhimento ativas, sendo duas para população em situação de rua, juntamente com o serviço de abordagem social todos de iniciativa do terceiro setor com subvenção do poder público, mas não possui Centro POP. O município conta com os seguintes equipamentos de saúde: CAPS AD e o CAPS II, UBS, Hospital Municipal, UPA, Ambulatório Médico de Especialidades - AME, Santa Casa, Centro de Especialidades Médicas - CEM, Centro de Atendimento à Mulher - CAM e Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, mas não possui Consultório na Rua. Há também parcerias com as Comunidades Terapêuticas - CT do próprio município, porém não são tipificadas.

De acordo com a Secretaria de Segurança⁸, em 2018, havia aproximadamente 100 pessoas que viviam em situação de rua no município de Mogi Guaçu, sendo 40 pessoas de outros municípios e 60 pessoas da própria cidade.

Considerando a conjuntura atual Mundial, houve uma mudança radical da realidade brasileira e do próprio município estudado. Em dezembro de 2019, ocorreu a transmissão do novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, disseminando-se rapidamente em escala global. A doença apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, com a possibilidade de óbito em alguns casos. No Brasil, os números aumentam demasiadamente rápido, e atualmente encontra-se na casa dos 4 milhões de infectados. A pandemia atinge toda a humanidade, mas afeta especialmente as populações mais vulneráveis.

Adentrando a população em situação de rua, a condição deste segmento social merece consideração especial, uma vez que estão suscetíveis às doenças e podem correr risco devido a maior exposição, em razão das condições em que se encontram e das dificuldades/insuficiências quanto ao acesso ao sistema de saúde. Quanto aos atendimentos a este segmento social, do município de Mogi Guaçu, houve a continuidade dos atendimentos no albergue e nos serviços municipais seguindo com os protocolos de higiene e distanciamento. E implantou uma sala no Terminal Rodoviário, para uma triagem rápida das pessoas que desembarcam no município, sendo encaminhados as que precisam de passagem para os técnicos do albergue.

Em contrapartida, diante deste contexto de pandemia, pontua-se que as atuações profissionais do Serviço Social, de modo panorâmico, tornam-se pontuais e imediatistas e dificilmente consegue-se um acompanhamento ou intervenção voltadas à prevenção.

4.3 Perfil das entrevistadas

As entrevistadas são chamadas por nomes fictícios, sendo todos nomes de flores e escolhidos pelas próprias mulheres, por afinidade, afeição ou identificação de cada uma. Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a separação das falas conforme as categorias de análises já elencadas e, a seguir serão analisadas de

⁸ Entrevista em 20/01/2018, Jornal Gazeta Guaçuana, 2018, disponível em: <https://gazetaguacuana.com.br/judite-pede-a-populacao-que-nao-de-esmolas/>

acordo com o levantamento bibliográfico do tema consoante com os objetivos desta pesquisa.

Quadro 1 - Caracterização das mulheres entrevistadas

Nome	Idade	Naturalidade	Última ocupação	Em situação de rua
Jasmin	39	Itapira - SP	Auxiliar de cozinha	6 meses
Lis	37	Mogi Mirim - SP	Doméstica	2 anos
Violeta	40	Mogi Mirim - SP	Rural	4 anos
Rosa	22	Mogi Mirim - SP	Manicure	3 anos
Camélia	40	Itapira - SP	Cozinheira	6 anos
Hortênsia	33	Passos - MG	Cuidador(a) de idosos	3 anos
Orquídea	37	Londrina - PR	Cozinheira	4 meses
Margarida	18	Itapira - SP	Vendedora	3 anos

Fonte: pesquisa de campo realizada pela Autora em setembro de 2020.

Diante do exposto, constatamos que 25% das mulheres entrevistadas possuem até 30 anos e 75% com idade entre 31 a 40 anos. Quanto à naturalidade, destacam-se as cidades de Mogi Mirim e Itapira, sendo apenas duas entrevistadas naturais de outros estados, Minas Gerais e Paraná. Contudo, o tempo de permanência em situação de rua corresponde à 37,5% até dois anos e 62,5% de três a seis anos.

5 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A TRANSVERSALIDADE DA(S) VIOLÊNCIA(S) NO COTIDIANO

5.1 Análise das entrevistas com as mulheres em situação de rua

O estudo e a análise de dados concretizou-se através de cinco categorias de análise - o cotidiano nas ruas; (in)visibilidade; violências físicas, patrimoniais, sexuais

e verbais; denunciar ou não?; resistência e/ou opressão; relação com as políticas sociais: assistência social e saúde - sendo selecionados os fragmentos expressivos dos discursos das depoentes, segundo as categorias mencionadas.

- **O cotidiano nas ruas**

Nesta primeira categoria de análise, serão apresentados e discutidos, através de depoimentos das entrevistadas, como é ser mulher em situação de rua, compreendendo as subjetividades introjetadas no cotidiano das mesmas. Concomitante ao sistema capitalista e patriarcal, as mulheres em situação de rua são vítimas de desigualdades, invisibilidades e violências intensificadas, devido à divisão sexual existente em nossa sociedade, que se articula à classe social e à etnia. Vejamos a seguir alguns depoimentos sobre o cotidiano nas ruas para as mulheres:

- *Na rua não tem privacidade para a mulher, o comer e dormir é fácil, mas o mais difícil é a higiene né? tipo a menstruação, o banho e escovar o dente. É difícil. Porque a gente tem que se cuidar. [...] O conviver e o trabalhar é mais difícil, porque as pessoas vêem as mulheres com preconceito né? Achem que por ela estar na rua está sujeita a tudo, a prostituição, humilhação. [...] eu tive uma pessoa que ficou comigo, que me protegia e sentia segura do lado dele, só que quando eu me machuquei, na véspera do Dia dos Pais e eu pedi ajuda para ir para o hospital ele me abandonou. (Jasmin).*
- *A mulher não pode morar nas ruas, é impossível. Se eu tivesse um dinheiro sobrando eu ajudava, porque a mulher quando quer algo nas ruas têm que se sujeitar as coisas, ela tem que viver de troca. Porque ela é desejada. Se ela quiser um lanche ou qualquer coisa, o homem sempre ta desejando ela, então ela tem que trocar. Porque eles pensam que se aquela pessoa não der o corpo, eles não querem saber se ela ta com fome ou não. Para o homem é mais fácil porque ninguém vai desejar ele. Não tem respeito, não tem amor, não tem humanidade. E também ninguém vai dar droga para a mulher vender, só para o homem, sabia? Se desse para a mulher vender, seria muito mais fácil, porque aí ela não precisava trocar. [...] Sabe, o que eu menos quero é um companheiro, eu já estou afundada, porque iria querer mais? Ai eu ia começar a gostar dele e depois eu ia ter que me prostituir para pagar a droga dele. (Lis)*
- *Incomoda, né? Não tem liberdade para namorar de noite com meu homem. Mas para os homens tudo é bom né, qualquer lugar para eles tá bom. [...] É perigoso né? Às vezes o homem sai um pouquinho e a gente já fica meio assim né? Só Deus... E quando chove então? tem que correr pra baixo do Banco do Brasil, que lá tem proteção e teto. Se eu pudesse comprar aquele prédio lá que*

está fechado eu 'ponhava' todo mundo lá dentro e sabe o que eu ia fazer? as mulheres trabalhavam na cozinha e lavando roupas e os homens iam trabalhar. Mas isso se fosse eu que tivesse o dinheiro, mas a gente não tem. (Violeta)

- *É difícil né? É mais difícil ser mulher na rua. Porque você tem que arrumar dinheiro, arrumar comida, se sustentar, não posso fazer nada do que eu quero. [...] O pai da minha filha me protegia antes, mas 'nois' não tá mais junto. (Rosa)*
- *Não é fácil, a mulher corre o risco de tudo, assassinato, estupro. O homem finge ser seu amigo, paga as coisas para você mas depois te pega a força, porque eles não fazem nada sem querer trocar algo. E para eles é mais fácil, tomam banho no rio, mas e a mulher? Eles dormem em lugar escuro, dá medo. (Camélia)*
- *Não é legal porque você tem muitos altos e baixos. Eu vivia nas esquinas também, e acho que é pior ainda, porque você entra no carro das pessoas e não sabe se você vai voltar ou não. A mulher querendo ou não é frágil, não tem força para se defender contra um homem, se ele segurar ela, já era. Agora homem já tá na força bruta né, a mulher não tem. Sabe, eu perdi muitas amigas na rua, fiquei sabendo que uma morreu queimada. É difícil, então eu sei que a rua não é lugar para a mulher. (Hortênsia)*
- *Para a maioria é assustador, você não tem paz e tem medo de tudo. Para os dois é difícil, só que o homem usa muito a mulher para extorquir né, fala para a mulher pedir, se prostituir e muito dos homens ficam atrás delas. Também os homens querem tudo em troca, não faz nada sem troca, por mais que eles falam que estão te ajudando, na primeira oportunidade tão cobrando. Ai ou a mulher se vira ou ela se encosta em alguém para essa troca. É pavoroso, sabia? (Orquídea)*
- *É difícil, eles são mais valentes e nós menos. Porque querendo ou não nós somos inofensivas né e eles se acabam se aproveitando dos nossos medos. Meu medo era de ficar sozinha, ou de ficar com um homem sem ninguém perto, sem ninguém saber que eu estava lá. Peguei trauma dos homens pelas minhas relações, porque você fala não para um homem e ele não respeita, não te ouve, então meu medo era que o cara não parasse enquanto eu falo não, sabe? E também teve uma vez que um cara veio correndo na minha direção e sabe quando não passa um carro na rua? A sorte é que ele era velho e eu consegui chegar onde queria, em uma ponte, perto da 'molecada', mas para voltar embora tive medo. [...] Meu ex namorado me protegia, mas obrigava a fazer programa para pagar as nossas drogas, nem eu e nem ele tinha dinheiro para pagar, aí ele falava para eu fazer. (Margarida)*

Constatam-se diversas pautas com relação a gênero e cotidianidade das ruas através desta categoria de análise, porém há um tópico em destaque que manifesta

em todas as falas das mulheres, que traduz a questão da soberania masculina. Narvaz e Koller (2006, s/p) relatam que as ruas foram construídas historicamente como um espaço masculino, o que pode ser identificado nas falas. Tal contexto demonstra-se desde as formas mais sutis e diluídas no cotidiano das mesmas, até em comportamentos agressivos.

Violeta inicia a sua fala expondo que para o sexo masculino, todos os lugares são bons, ou seja, o explícito privilégio masculino de uma sociedade patriarcal. Quanto às falas das outras mulheres, expõem que as ruas se caracterizam como um espaço difícil para ambos os sexos, porém que aos homens torna-se mais fácil. As justificações para tal contexto variam, como as desigualdades de oportunidades de trabalho, o fator do biológico e a objetificação das mulheres.

Para Jasmin e Lis, a soberania masculina se dá pela questão da divisão social do trabalho que rebate nitidamente neste segmento social. Frisamos que tal grupo populacional, fruto de um sistema de acumulação capitalista, partilha das mesmas relações de gênero e trabalho marcadas por subordinação e desigualdade. Jasmin relata que o preconceito para conseguir um trabalho com as mulheres em situação de rua é demasiado, uma vez que há um olhar de questionamento de sua situação atual. Logo, na fala da Lis, explicita que há desigualdade quanto às oportunidades de trabalho, para que a relação de objetificação do corpo feminino seja seu único meio de sobrevivência.

É notável que tal reificação esteja presente em alguns depoimentos, uma estratégia introjetada no cotidiano das ruas reforçando os valores patriarcais. Nas falas de Lis, Camélia e Orquídea nota-se que os corpos das mulheres em situação de rua são tidos como um valor de troca. Ou seja, se as mesmas desejarem realizar uma refeição ou utilizar alguma substância psicoativa, os homens irão querer trocar e ao passo em que, somadas as desigualdades de oportunidades, citada por Lis, muitas se veem obrigadas a se sujeitar a tal contexto. A problematização se dá a partir de que um sexo é objetificado enquanto que o outro possui privilégios, mesmo pertencentes ao mesmo segmento social.

Destarte, há uma pluralidade de mulheres que escolheram ter companheiros visando proteção e segurança, assim como Jasmin, Violeta, Rosa e Margarida. Tal

circunstância nos remete que a imagem do homem, seja em qual classe social ou grupo pertencer, se traduz necessariamente como um conceito de proteção e respeito, enquanto que não ocorre o mesmo com as mulheres. Assim como foi citado nos depoimentos, o medo desaparecia e a segurança surgia quando havia a figura masculina ao seu lado, seja no subjetivo das mesmas, quanto nos atos de respeito dos outros membros do grupo.

O fator biológico do biotipo masculino, somado com o ideário patriarcal construído historicamente propiciou a formação de um ícone de força e respeito, citado nos depoimentos de Hortênsia e Margarida. Porém cabe a reflexão do quanto isso não foi inserido no nosso inconsciente, uma vez em que há mulheres que são mais fortes e não possuem o mesmo respeito.

Contraditoriamente, as mulheres que possuem companheiros para sentirem seguras, podem estar adentrando à uma situação de maior vulnerabilidade, ao passo em que, eles as abandonaram no meio das dificuldades, como citado por Jasmin ou obrigaram a utilizar o seu corpo como um meio de troca para adquirir substâncias psicoativas, citado por Margarida.

Analisa-se também que há uma fala do trabalho doméstico feminino, descrito por Violeta, em que a mesma relata que seu sonho era comprar um imóvel para todos ficarem seguros e posicionar as mulheres nos afazeres da casa enquanto os homens trabalham fora, como a imagem construída sócio-histórico-cultural da família patriarcal, ou seja, de adentrar aos padrões de gênero impostos. Contraditoriamente, assim como descrito por outras mulheres, a realidade nas ruas perpassa por um outro viés, em que os homens as colocam para trabalhar, fazendo-as a pagarem suas substâncias psicoativas.

Notoriamente, todas as entrevistadas relataram das dificuldades de estar nas ruas que, explicitamente ou não, declararam que o sexo feminino torna-se vítima de uma sociedade patriarcal, rebatendo similarmente na relação da falta de privacidade para atitudes do cotidiano, como a alimentação, higiene e pernoite.

Contudo, as dificuldades somadas à sujeição da violência, tornam estas mulheres vulneráveis a outros dois tipos de exclusão social anteriores à situação de rua: são mulheres e pobres. (LOPES, BORBA, REIS, 2003, p.51).

- **(In)visibilidade**

Ao observarmos as falas sobre a cotidianidade das mulheres em situação de rua e os aspectos subjetivos inseridos neste contexto, a segunda categoria abordará a questão dos preconceitos e a (in)visibilidade desse segmento social.

- *Quando eu conversava as pessoas que me conheciam eram um espanto, sabe? Eles me perguntavam como eu que tinha uma casa e filhos pode parar nessa situação. Para o mundo, a mulher que mora na rua é uma prostituta e noia. Todo mundo tem aquele olhar de preconceito, sabe? Mas para mim o pior é ver meus três filhos homens passando na rua e virando a cara para a mãe, que é mulher e 'ta' na rua. (Jasmin)*
- *Ih, demais viu? As pessoas olham para a gente como se a gente fosse bicho. (Lis)*
- *Muito desprezo né, só porque a gente mora na rua o povo acha que é cachorro, lixo. Mas quando encontro com umas amigas do meu bairro elas me ajudam, compram marmitta para mim. (Violeta)*
- *Já, bastante né fia, de várias coisas. Mas a gente pode fazer o que né? (Rosa)*
- *O que a gente mais sente, né? A família se afasta porque sabem que eu uso droga, e eles ficam com medo e vergonha, só que eles não sabem é que existem muitas pessoas por aí que usam até mais do que eu, mas que moram em casa. Sabe o que é pior? esses homens de família aí, jogavam até água em nós. (Camélia)*
- *Eles só reparam na gente quando é para xingar ou levar para a igreja. (Hortênsia)*
- *Muita indiferença, até quem te conhece passa longe de você, pessoas que me conhece há muitos anos, puxou a filha pelo braço para não passar nem perto de mim, sabe? [...] Antes eu entrava na padaria buscar pão e deixavam, agora não deixam mais e olha que eu ia lá todo dia de manhã, lugar que eu frequentava quando eu era pessoa normal. Mas quando eu cai na adicção as pessoas me rejeitaram. (Orquídea)*
- *Ódio e discriminação. O povo do meu bairro onde morava gostavam de mim, agora nem olham para minha cara. (Margarida)*

Considerando que a população em situação de rua está presente desde o advento da sociedade capitalista, e embora seus componentes sejam naturalmente

identificados, passam despercebidos, tornando-se invisíveis perante a sociedade, bem como diante ao poder público (Casagrande, 2006). Notoriamente, tal segmento social encontra-se oculto enquanto cidadãos de direitos, ao passo em que são vistos nos discursos de ódio ou contraditoriamente nas manifestações de caridade, benevolência e filantropia. Assim como relata a Hortênsia, só há uma visibilidade dos mesmos *quando é para xingar ou levar para a igreja*. Ou seja, tal visibilidade cristaliza-se apenas no momento em que há um ganho pessoal-espiritual (Igreja) ou quando há uma ameaça à propriedade privada e ao sistema capitalista que demonstra sua face desigual.

Há uma unanimidade quanto ao conceito de preconceito, todas as mulheres entrevistadas relataram ser vítimas de discursos de ódio, estigmas e mudanças de comportamentos quanto ao cerne das relações sociais. “O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo” (CFESS, 2016, p.5). Margarida explicita que seus antigos vínculos de vizinhança foram quebrados, ao passo em que foi para as ruas. Já Orquídea relata que muitas mudanças ocorreram, vivenciando preconceitos com amigas passadas, e também nos estabelecimentos em que frequentava, como a padaria. Ou seja, as relações burguesas que constituíram a sociedade capitalista impulsionam o preconceito com aqueles que não adentram ou transgridem os papéis normativos e o sistema falocêntrico, sendo muito comum a responsabilização pela situação em que se encontram ou muitas vezes são tratados como uma ameaça à comunidade. Contraditoriamente, identifica-se no relato de Violeta em que ainda há uma rede de solidariedade com as antigas amigas, em que a ajudam em algumas refeições, sendo esta a única entrevistada em que identificou tal vínculo mantido.

Considera-se importante pontuar que ao não adentrar ao sistema capitalista e transgredirem os papéis construídos e socialmente impostos para o sexo feminino há uma ruptura com a família, o que é nitidamente explícito na fala de Jasmin, em que a mesma relata que os filhos ao verem a mesma na rua, fingem não reconhecê-la. Além disso, a vergonha é intensificada, de acordo com a respectiva fala, ao dizer que é uma mulher que está nas ruas por conta do vício em substâncias psicoativas.

Uma problemática mencionada por Camélia, quanto ao uso de substâncias psicoativas e o contexto da rua, é demasiadamente significativo avaliar. A entrevistada

explicita que as famílias tendem a se afastar dos indivíduos que usam e que estão em situação de rua, por constituir um sentimento de vergonha e/ou aversão com os mesmos. Portanto, tal segmento social possui demandas específicas quanto aos cuidados físicos e psicológicos em razão do uso e da abstinência e somados ao acesso precário aos serviços de saúde e vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, há uma complexidade intensificada quanto à efetivação das políticas públicas.

Portanto, o preconceito torna-se presente no cotidiano destas mulheres, pois há uma incapacidade de compreender toda a complexidade e as possibilidades humanas, visto que há uma ultra generalização somado ao fato da alienação, sendo esta inerente ao sistema capitalista.

Contudo, é fundamental lembrar que é mediante a política social que os direitos se concretizam e as necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada (PEREIRA, 2008), portanto a necessidade do fortalecimento da perspectiva do direito e visibilidade com essas mulheres em situação de rua.

- **Violências Físicas, Patrimoniais, Sexuais e Verbais**

Considerando a fundamentação teórica de Pinto e Gondim (2017), os motivos que levam as pessoas e/ou famílias à situação de rua têm vinculação às estruturas desiguais da sociedade capitalista, principalmente por conta do desemprego, trabalho informal e condições precarizadas. Dessarte, considerando a conjuntura do Brasil, de recessão e ataque aos direitos, parte da classe trabalhadora fica exposta às consequências da onda neoliberal, como às condições precárias do mercado informal e as privatizações que tornam a perspectiva do direito cada vez mais seletiva e focalizada. Sendo assim, muitos sucumbem à situação de rua como forma de sobrevivência em uma sociedade desigual e exploratória.

No ato das entrevistas, foi possível observar as inúmeras dificuldades intensificadas pela condição de gênero em situação de rua em uma sociedade capitalista patriarcal, vejamos a seguir.

- *A verbal a gente sofre né? porque onde eu morava era uma cracolândia da minha cidade. Então as pessoas te xingam né, por causa das drogas, isso é normal. Eu era mais xingada mais por mulheres, elas querem a divisão das drogas. Mas ninguém nunca me bateu não. (Jasmin)*
- *Nunca apanhei. Mas já roubaram as minhas coisas né, porque o elo mais fraco é a mulher né? E sempre é daqueles que a gente acha que é amigo né? As pessoas estão no mesmo barco que você e que podem precisar de você são as que te roubam. [...] Já sofri violência sexual e a maioria foi com a polícia. Porque eles chegam de noite e estupram, forçam a gente. É complicado mas é assim que é. (Lis)*
- *Eu apanhei de uma mulher, ela tava bêbada, coisa de gente bêbada, sabe? [...] Mas umas vezes que eu dormia em outro lugar, não gostava de quando a delegada vinha na onde a gente ficava com o caminhão da prefeitura para jogar tudo no lixo, aí nós tinha que correr esconder nossas coisas, cobertas, roupas, colchão. Eles vêm direto. Não tão nem aí. (Violeta)*
- *Um homem já me bateu, mas eu não posso ficar falando não, porque ele é poderoso aqui na cidade. Mas a polícia é a que mais bate né? Ela acabou de me bater e falou que se eu não sumisse desse bairro ia me levar presa, tô com medo. [...] Só aconteceu uma vez a violência sexual. (Rosa)*
- *Ninguém nunca foi de mexer comigo não porque eu sempre ando com os traficante, mas a polícia já, teve uma vez que eles começaram a me xingar e eu respondi, na mesma hora eles viraram o carro e aceleraram, acredita? O carro bateu bem forte na minha perna, cai no chão de tanta dor. (Camélia)*
- *Já fui roubada, porque na rua você não pode ter celular, não pode ter nada de valor. [...] Mas já me bateram também, o homem me obrigou a fazer coisas que eu não queria e eu não quis, não gosto nem de lembrar as cenas. Mas de mulher também viu? Às vezes a mulher não te quer naquele local ou ela não vai com a sua cara e bate mesmo. [...] Já sofri violência sexual também, mas foi só uma vez, Graças a Deus. (Hortênsia)*
- *Sim, um cara queria que eu fizesse programa e eu não queria aí ele começou a me seguir, me puxou para um canto, me espancou e tentou fazer o ato, mas graças a Deus um amigo chegou a tempo. [...] Já fui também estuprada por um homem que é da rua também. Ele invadiu uma casa e queria que eu tivesse um namoro com ele, mas eu não queria, aí ele me pegou a força e me levou. Lá eu fiquei por uma semana em cárcere privado, dopada e amarrada, eu fiquei toda machucada. Eu não lembro de muita coisa, mas eu lembro que ele abusava de mim, foi muito ruim. (Orquídea)*

- *Eu fui buscar droga no bairro onde eu morava, só que eu fui ameaçada que eu não podia mais entrar lá, porque meu ex namorado tava morando lá e ele nunca mais queria me ver, sabe? Só que eu precisava da droga, aí ele me bateu na frente de todo mundo, por causa de honra dele. [...] Ele roubou meu dinheiro várias vezes para a droga também.[...] O povo do meu bairro já me xingaram de prostituta. (Margarida)*

Assim como citado na fundamentação teórica, a violência torna-se um assunto transversal quando abordamos sobre mulheres em situação de rua, sendo presente em todos os depoimentos. Majoritariamente, foi citada a questão da violência física, fato que se encontra consoante com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2019, onde diz que o tipo de violência que obteve maior notificação foi a física com 92,9% dentre as demais. Portanto, Violeta e Hortênsia foram as entrevistadas que relataram ser vítimas de violência física de outra mulher, enquanto que as demais foram agressões do sexo oposto.

Observa-se uma informação demasiadamente relevante quanto às violências físicas, que são realizadas por autoridades policiais, sendo vítimas a Rosa e a Camélia. As violações físicas são capazes de afetar diretamente a dignidade humana e os direitos fundamentais, sendo estes individuais, sociais, políticos, econômicos e culturais. Tal ato possui como principal argumento político para justificar a higienização dos locais públicos. (ROSSI, 2015, p. 61). Rosa relata que já sofreu agressão de um homem, porém enfatiza o fato das autoridades policiais agredirem mais, inclusive a mesma relata que anteriormente a realização da entrevista, tinha sofrido violência física e psicológica, e ameaça de prisão caso a vissem mais uma vez. Quanto a Camélia, menciona que foi atropelada propositalmente por policiais e que a colisão ocorreu gravemente e a mesma não relata sobre prestarem nenhum tipo de auxílio quanto ao acidente. Tais relatos manifestam a postura repressora e higienista dos agentes do Estado com este segmento social.

Analisa-se sobre a fala de Hortênsia que ao passo em que houve uma recusa à subordinação masculina, ocorreu a violência física, sendo esse um ponto em comum com aquela sofrida por Margarida e Orquídea, onde as mesmas desafiaram a honra masculina construída por uma sociedade capitalista patriarcal, tornando as relações hierárquicas, desiguais e impulsionando a violência.

Conforme os relatos, a violência patrimonial torna-se a segunda mais descrita pelas mulheres em situação de rua. A Lis, fala que já roubaram seus pertences por companheiros do sexo oposto que encontram-se no mesmo segmento social, para ela, tal conduta é justificada pela condição de gênero a tornar mais fraca. Hortênsia relata também ser vítima de furto, dizendo que o espaço da rua não os deixam possuir bens materiais duráveis. Quanto à Violeta, a violência patrimonial traduz-se a postura higienista citada anteriormente, uma vez que, vão os agentes do Estado repentinamente descartar os pertences desta população pelo fato de se concentrarem em praças públicas principais, locais abandonados na região central e próximos à rodoviária do município. Já a Margarida mostra que a violência patrimonial ocorreu com seu companheiro, que furtou seu dinheiro para comprar substâncias psicoativas.

Posteriormente, a outra violência citada foi a sexual, sendo esta considerada como um tabu e um acontecimento significativo de forma negativa na vida de Rosa e Hortênsia, que apenas mencionaram que já haviam sido vítimas e que não gostariam de relatar nada a mais. Contraditoriamente, a Lis explicita que foi vítima de violência sexual diversas vezes pelas autoridades policiais, onde os mesmos chegavam estrategicamente durante a noite no local onde as mulheres em situação de rua estavam. Tendo em vista que é um órgão criado para assegurar os direitos dos cidadãos e garantir a segurança, é repulsivo aceitar que os mesmos cometam crimes contra os próprios cidadãos e ataques à Constituição e o Estado democrático de Direito (ROSSI, 2015). Quanto à Orquídea, manifesta ser vítima de cárcere privado durante uma semana, sendo amarrada, torturada e sedada por um homem que estava impondo um relacionamento sério com a mesma. Tal ato se traduz como uma violação ao direito da liberdade e dignidade humana e pode-se considerar também a influência da doutrina patriarcal em que o homem se sente no direito de tornar a mulher como uma propriedade privada do mesmo.

Por fim, abordaremos sobre a violência verbal, que foi descrita por Hortênsia no subitem anterior. Quanto à Jasmin, disse ser vítima por conta das substâncias psicoativas, que geram conflito entre o próprio segmento social e o preconceito da sociedade que transpõe pela agressão verbal. Já Margarida relata sofrer tal violência pelo seu antigo companheiro e vizinhança, que a insultaram sobre sua sexualidade. Cabe refletir que desde os tempos remotos, até a contemporaneidade há uma

discriminação das mulheres quanto à sua sexualidade. Em consoante com o referencial teórico, a partir do medo genesíaco da mulher, a religião impõe o prazer das mulheres como um pecado, enaltecendo a virgindade. Sendo assim, a sexualidade feminina se submete à masculina, construindo espaço de estigmas e ojeriza pela mulher orgástica. (MURARO, 2002, p.109 -110)

Nota-se um item relevante na pluralidade dos relatos, a naturalização do fenômeno da violência, que apresenta-se como consequência da alienação nas relações sociais, ao internalizar os significados externos como verdades absolutas. Ao passo em que há a soma das políticas neoliberalizantes, a violência torna-se presente na convivência entre os gêneros em uma sociedade patriarcal.

- **Denunciar ou não?**

Considerando que a violência encontra-se presente na cotidianidade destas mulheres, houve o questionamento quanto às denúncias a essas multiplicidades de violações de direitos, que veremos a seguir.

- *Não, é tudo coisa de droga. (Jasmin)*
- *Jamais, tenho até medo. Como que você vai denunciar a polícia? Eu sou uma pessoa que usa droga e da rua, quem que vai acreditar em você, se não tem um celular para provar? não tem filmagem. É relatado o que eles falarem. Ali vai preso quem eles querem. Se não eles perseguem você, eu tenho medo. Se ninguém denuncia, quem dirá nós que é um povo da rua, eu me calo. É horrível porque é uma pessoa que podia proteger a gente. (Lis)*
- *Ah não, é coisa de bêbado, depois que passa o efeito eles pedem desculpa. (Violeta)*
- *Eu mesma pensei em matar ele, só que não vale a pena. (Rosa)*
- *De madrugada não tem como né, as polícias podem matar a gente, ou colocar droga a mais para ir presa. Se a gente discorda deles, a gente vai para a cadeia, por coisas que nem fiz. Já vi uma polícia bater no meu amigo do meu lado, só porque ele discordou com que eles falaram. Quando eles ficam irritados, eles batem. Então eu nem falo nada. (Camélia)*

- *Tenho medo né? Porque tipo, eu ia voltar para aquela rua e eu sabia que se eu denunciasse aquela pessoa iria voltar, e o que que ia acontecer com ele? Nada. Simplesmente iria para uma delegacia e eu sei que ele iria sair na mesma porta que eu entrei. Então eu não ia confiar, é mais fácil confiar num bandido e traficante do que em uma polícia. Eu acho que se uma hora dessa eu tivesse levado na polícia, eu não estaria viva. De repente o cara é um pai de família e eu ia estragar a vida do cara, né? Ai o que ia acontecer? Eu não poderia mais andar nas ruas. (Hortênsia)*
- *Se eu denunciasse e não fizesse nada, quem que ia levar? A justiça é lenta né? É mais fácil ele fazer algo comigo do que as polícias fazerem algo com ele. (Orquídea)*
- *Eu só fiquei sabendo com 17 anos que eu podia fazer uma denuncia, que vi que tudo isso era um crime. Foi na minha internação que eu fui ler a respeito de tudo isso e fiquei sabendo o que era um relacionamento abusivo e como denunciar. (Margarida)*

Analisa-se que há uma diversidade ao responder tal questionamento. Para Jasmin e Violeta não houve o ato da denúncia contra as violências sofridas ao passo em que, os agressores estavam sob o efeito de substâncias psicoativas e/ou álcool e que haveria harmonia novamente quando estivessem sóbrios novamente.

Já para Rosa, o intuito seria cometer homicídio contra o agressor, mas que não compensaria tal ato. Quando questionada sobre denunciar, a mesma não soube o que responder, nota-se então, a falta de conhecimento com a legislação que assegura tais direitos. Sendo semelhantemente o relato de Margarida, que explicita tal desconhecimento. Torna-se pertinente pontuar que tais entrevistadas são consideradas jovens, segundo o Estatuto da Juventude⁹. Portanto, há um déficit quanto à informação dos direitos, ocasionando em violações de direitos civis e fundamentais.

Quanto à Hortênsia e Orquídea, há uma unanimidade em relação ao receio da legislação, onde dizem possuir desconfiança se haverá uma resolução do caso ou não. Sendo assim, optam por não realizar, para que possam se locomover nas ruas sem ser abordada pelo agressor. Diante de tal contexto, cabe pontuar um item exposto no referencial teórico, sobre a legislação, que “o sistema jurídico não assegura, necessariamente, a efetividade do emprego da lei em toda sua extensão formal e

⁹ Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

substancial de modo equivalente para homens e para mulheres” (BANDEIRA, 2009, p.410). Sendo assim, cabe questionarmos a efetivação e eficiência, afinal se a lei não ocorre de forma igualitária entre os gêneros, quem dirá quando se tratar de recortes de raça e classe, uma vez que, possuímos uma sociedade altamente desigual, racista e patriarcal.

Analisa-se um item relevante na fala de Hortênsia, que a mesma possui hesitação quanto ao ato de denúncia pois tem receio de ‘estragar a vida de um pai de família’. Tal passividade quanto ao ato da violência demonstra a construção de uma sociedade pautada na supremacia masculina e subordinação feminina. A introjeção dos papéis de gênero torna-se um mecanismo de dominação de corpos e do status quo. Observa-se que uma consequência de tal contexto é que há uma internalização sobre cidadania distorcida, em que a Hortênsia não a vê como sujeito de direitos.

Outro fator relatado foi quanto às polícias. Lis e Camélia mencionaram que não denunciaram, pois as agressões vieram destas autoridades e temiam quanto às consequências de tal ato. Outro fator relatado é que a população em situação de rua, majoritariamente, não possui um mecanismo para gravar e comprovar a execução da violência. Sendo assim, a problemática implica no aumento da impunidade policial e na criminalização propositada das vítimas através de intervenções forjadas para condená-las. Wacquant (2001, p. 35) observa que "a polícia, quando é considerada uma força estranha pela comunidade, torna-se incapaz para cumprir outro papel, que não seja o puramente repressivo", contribuindo para a consolidação de uma barreira entre as pessoas em situação de rua e as autoridades, uma vez que, o medo das ações policiais autoritárias contrariam a valorização do respeito e da dignidade humana.

- **Resistência e/ou opressão**

Com base em todos os relatos sobre as experiências e vivências nas ruas, foi questionado se tal espaço poderia ser considerado como um contexto de resistência e/ou opressão, tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade que possui relações desiguais de sexo, raça e classe.

- *Eu tinha casa, tinha meu filho e estava prestes a começar o meu negócio. É só perdas, não tem o que ganhar, a rua não é lugar de se morar, seu filho passar por você na rua e virar a cara, é muito doloroso. (Jasmin)*
- *Eu posso dizer que eu ganhei uma visão melhor sobre a minha família, que eu tinha tudo. (Lis)*
- *Eu gosto, tenho mais liberdade que dentro de casa, lá só passa raiva. Para não ficar com raiva eu saio, se não a pressão sobe. Agora olha para você ver que sossego. A parte ruim é que não tem confiança, às vezes pode vir alguém e matar a gente. (Violeta)*
- *É ruim, é escuridão, né? Só posso ganhar cadeia ou morte. (Rosa)*
- *Ganha nada com isso, viu? Só tem a perder, a gente fica difamada, somos mal vistas. Até meus antigos vizinhos ficam falando mal de mim, das roupas que eu uso. (Camélia)*
- *Tem muito mais perdas. Os ganhos foram só passageiros, só no momento que eu ganhava dinheiro eu tinha amigos, quando acaba o dinheiro você já não tinha mais aquela amizade. Então para mim, foi muito mais perdas. (Hortênsia)*
- *Foi um aprendizado, para saber de onde e porque as pessoas estão lá, muita coisa que eu não entendia só fui entender lá. Pensei que lá ninguém ia me criticar por usar drogas, mas não é bem assim não. Você que olha de fora acha que é fácil morar na rua, mas não é legal não. (Orquídea)*
- *Eu via como segurança, sabe? Porque na minha casa eu tinha muito medo de usar drogas e então a rua foi um espaço de segurança no começo. Mas depois foi ficando perigoso para mim, fui conhecendo mais as biqueiras. Eu carrego muitas experiências, mas isso não é lugar de gente não. (Margarida)*

Observa-se que no relato de Violeta e Margarida, as ruas se tornam um espaço de liberdade e resistência, trata-se na verdade, de um processo de perdas, por um lado, e de novas aquisições, por outro. (VIEIRA et al., 1994, p.98). Portanto, em consoante com o referencial teórico, as ruas possibilitam construções de novas relações sociais e novas formas de superar a relação de dominação do ambiente doméstico, à medida que já não está mais restrita ao espaço privado limitado e controlado.

Contraditoriamente, estas mulheres estão inseridas em um espaço predominantemente masculino e opressor ao sexo feminino. Neste sentido, Jasmin relata que houve demasiadas perdas, sendo de bens materiais e de vínculos

familiares. Quanto a Rosa, há em sua fala estar em um espaço de escuridão, que propicia apenas o cárcere e o óbito, nota-se em seus depoimentos sobre a obscuridade e a tristeza de estar nas ruas. Em relação à Camélia, pontua ser um espaço apenas de perdas e que está repleto de julgamentos pela construção histórica de desvalorização da mulher e por estar atuando com a ruptura com a ordem social vigente e os papéis socialmente impostos aos gêneros. Já Hortênsia, descreve que todos os ganhos foram passageiros, sendo a rua um espaço de opressão e perdas.

Nota-se um aspecto relevante quanto às falas de Lis, Orquídea e Margarida, onde as mesmas explicitam que as ruas propiciaram uma pluralidade de conhecimentos sobre vínculos familiares e a desconstrução da falsa concepção de estar nas ruas e tornar um espaço livre de preconceitos quanto a usar substâncias psicoativas.

Contudo, na totalidade dos depoimentos dessas mulheres nota-se a questão de uma dialética quanto ao estar nas ruas, que ora apresenta-se como opressão, ora como resistência à sociedade capitalista e patriarcal.

- **Relação com as Políticas Sociais: Assistência Social e Saúde**

Considerando que, em território nacional, as Políticas Sociais e a proteção social com o sujeito, conforme Behring e Boschetti (2011, p.27), são respostas e formas de enfrentamento, muitas vezes de maneira fragmentada e setorializada, às expressões da questão social no capitalismo, o debate e a luta pela ampliação dos direitos e das políticas sociais são fundamentais. Sendo assim, no ato das entrevistas, quando questionadas sobre as experiências com as Políticas Sociais do município, houve uma incompreensão sobre os serviços existentes e seus direitos.

- *Eu recebia o benefício do Bolsa Família e o auxílio emergencial e eu pagava aluguel. Só que a dona me pediu a casa com o prazo de um mês, mas eu não consegui arranjar outra e meu benefício bloqueou porque eu tenho um processo e não fui na audiência. Vim parar aqui na rua. [...] No CRAS eu ia atualizar sempre o cadastro, mas eu nunca comentei da droga, tinha vergonha. [...] Não cheguei a ir no CAPS porque até então eu nunca cheguei a ficar na rua. Eu uso droga desde os meus 18 anos e até então eu controlava. (Jasmin)*

- *A gente também não é bem atendida né? Se você vai no médico e ele sabe que é uma usuária de droga, ele não cuida bem de você, porque sabe que só vai sair dali para usar droga de novo. Não fazem um exame em você, só dá um remédio e dispensa. Eu tive um problema com o pâncreas, problema muito grave e a minha sorte que a minha irmã é uma enfermeira e clamou para o Doutor me atender, aí que eles fizeram a minha internação, porque da outra vez que fui com essa dor me mandaram embora com dor e chorando. Eu sofri na mão da saúde. [...] sempre fui acompanhada pelo CRAS porque tenho o Bolsa Família. Não posso reclamar da assistência social porque eu gostava muito de fazer crochê lá. Eu gostava muito de ir lá porque tinha umas aulas de aprendizado em relação à família. E eu adorava que a mulher ia lá em casa também, quando ela batia palma eu falava que ela vinha alegrar o meu dia. (Lis)*
- *Já fui bastante no albergue, ficava meia hora debaixo do chuveiro, comida uma delícia, só não ia para dormir. Não gosto de ficar presa não, porque chega uma certa hora e eles trancam lá, a maioria não fica lá por causa disso aí. (Violeta)*
- *Já fui no albergue sim, foi muito bom porque eu comia lá. Ai as duas assistentes sociais me trouxe embora para casa, mas eu não me dou bem com a minha família. (Rosa)*
- *Na saúde só me trataram bem porque eu estava com meus filhos, mas se a gente está sozinha, somos discriminadas porque mexemos com droga e estamos sujas. [...] Já fui no CRAS para tirar documento, mas lá nunca me discriminaram, foi normal. [...] No CAPS eu fiquei por duas semanas, mas aí quiseram 'tacar' remédio em mim, mas eu não quero ficar dormindo não. (Camélia)*
- *Nunca fui atrás ou procurei. Eu sou uma pessoa muito louca, nunca fui muito ali para a família, entende? Então nunca corri atrás dessas coisas. (Hortênsia)*
- *No hospital fui mal vista com a situação de ser usuária de droga. Me trataram como uma pessoa que não tem muita importância, sabe? Tem vários usuários de droga que estão dentro do sistema, mas na hora que chega um que é da rua, tratam com indiferença. [...] No CRAS eu já passei, eu amo aquele povo, não tenho nada para reclamar. [...] O CAPS minha mãe já passou por lá a muitos anos, mas eu não, era muito longe, não tinha dinheiro e tinha criança pequena, mas hoje eu iria sim. (Orquídea)*
- *Olha, eu no começo fui bem tratada, só que depois vai piorando, né? Porque era sempre o mesmo problema e fica cansativo para as pessoas atender a gente, sabe? O mesmo problema de passar mal por droga, precisando de uma internação no hospital. Teve uma vez que cheguei muito bêbada e me amarraram, não me desamarraram por nada. Eu pedia por favor, minha mãe*

pedia também, mas me deixaram amarrada até um dia o dia amanhecer, tive que fazer xixi no leito. [...] Passei pelo CAPS e foi muito bom. Eles sempre foram muito preocupados comigo, me procuravam para saber de mim pela minha mãe, ligando para ela. Marcaram todos os exames para mim e pelo CAPS que eu descobri que tinha Sífilis. Não tenho o que reclamar. (Margarida)

Ao observarmos criticamente as respostas, nota-se um aspecto relevante e desigual quanto às Políticas Sociais analisadas. Majoritariamente houve experiências positivas quanto à Política de Assistência Social no município de Mogi Guaçu, porém com críticas voltadas ao Albergue, que rebatem no referencial teórico sobre a sistematização e a burocracia do serviço e também ao CAPS. Em contrapartida, quanto à Política de Saúde, apareceram unicamente apontamentos negativos.

Nota-se que o CRAS foi o serviço mais relatado e utilizado pelas mulheres em situação de rua que foram entrevistadas, sendo este um equipamento pertencente à Política de Assistência Social. Jasmin relata que o acolhimento ocorreu de forma natural, sendo solicitado a atualização do CadÚnico, porém no ato da entrevista não foi relatado sobre sua dependência em substâncias psicoativas pelo sentimento de timidez. Quanto à Camélia, utilizou do serviço para requisitar outra via de documentações. Já Orquídea, relata que passou pela Instituição e que possui grande afinidade com os funcionários, sendo notoriamente similar o exposto por Lis, ao passo em que a mesma descreve da seguinte maneira uma visita domiciliar *‘eu adorava que a mulher ia lá em casa também, quando ela batia palma eu falava que ela vinha alegrar o meu dia’*, sendo sua família acompanhada pelo CRAS do município.

Quanto ao albergue, que é uma casa de passagem do município de Mogi Guaçu, houve alguns apontamentos. No relato de Rosa primeiramente nota-se um comentário positivo sobre a Instituição, porém posteriormente expõe que a trouxeram de volta ao vínculo familiar sem realizar um trabalho com os membros, o que a fez voltar às ruas. A casa de passagem é uma instituição que necessariamente precisa realizar um trabalho psicossocial com os sujeitos que ali passam e seus familiares, para desenvolver condições de independência e autonomia, promovendo a reinserção social, o acesso aos serviços das políticas públicas e ao sistema de garantia de direitos. Mas a problemática se dá no sentido de que só é efetivado quando se trata de cidadãos que residem e/ou possuem familiares no município de Mogi Guaçu, pois

quem vem de cidades diferentes sofrem com a rigidez de uma regra pré estabelecida para a permanência, sendo este o ocorrido com a Rosa, que reside na cidade vizinha.

Do mesmo modo, Violeta relata que houve uma experiência positiva na Instituição, mas que não se adequou às normas impostas. Em consoante com o referencial teórico, “além do prazo restrito para permanência, a sistemática de funcionamento e controle faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em função do caráter disciplinador e repressivo de alguns desses lugares”. (Vieira et al., 1994, p. 80). Portanto, há uma omissão sobre toda a especificidade e particularidade de cada sujeito, sem considerá-las que fazem parte de um segmento social itinerante, contribuindo para a intensificação da segregação e violação de direitos.

Seguindo a vertente da Política de Assistência Social, o programa de transferência direta de renda Bolsa Família, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o território nacional, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade, foi citado por Jasmin, que menciona ter sido bloqueado, uma vez que, não compareceu à uma audiência e mencionado por Lis, que relata ser beneficiária.

Considerando o contexto atual mundial, a pandemia impactou diretamente na vida de milhões de trabalhadores, desempregados, colocando-os em situação de vulnerabilidade social, devido à situação do aumento do desemprego e da miséria. Contudo, o campo da política pública de assistência social e os cidadãos que a ela possuem direito foram afetados. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, dispõe como direito a cidadania os benefícios eventuais abrangentes, por situação de vulnerabilidade temporária e por situações de calamidade pública. Sendo assim, o Auxílio Emergencial foi estabelecido por lei devido à movimentos sociais e demais profissionais. Assim, o auxílio foi fruto de uma luta de toda a sociedade para a legalidade e reconhecimento de uma renda básica, garantindo as condições mínimas de sobrevivência. Portanto, cabe questionarmos sobre as restrições e burocracias para a concessão deste Auxílio, uma vez que, apenas Jasmin possuía.

Com relação à Política de Saúde, o CAPS foi relatado por algumas mulheres, como Margarida que possuiu uma experiência afirmativa com profissionais qualificados e competentes. Quanto à Orquídea, descreve que sua mãe já passou pela Instituição e só não frequentou por motivos financeiros e de localidade, uma vez que o CAPS não possui base territorial. Contraditoriamente, Camélia relata sua

vivência de forma negativa, uma vez que, ocorreu a prescrição de diversas medicações sem um atendimento psicossocial adequado.

Já o Hospital foi o serviço que teve maior adesão das mulheres entrevistadas, porém com a unanimidade de relatos negativos aos atendimentos. Camélia expõe que só houve um tratamento mais humanizado pois estava com seus filhos, caso contrário seria discriminada por preconceito da equipe hospitalar. Sendo assim, cabe pontuarmos a (in)visibilidade e discriminação desta mulher, uma vez que, a cidadania se dá apenas quando está acompanhada. Já no relato de Lis, houve uma convergência quanto a Camélia, uma vez que, foi necessário ir com a sua irmã que é enfermeira para receber um atendimento humano no hospital, pois quando precisou ir sozinha, não foi realizado sequer um exame ou um atendimento voltado à prevenção, e sim imediatista e discriminatório por conta da dependência de substâncias psicoativas. Sendo este um aspecto similar quanto a Orquídea, que relata ter passado por uma segregação quanto aos atendimentos das demais pessoas, explicita ainda que tal segmento social é visto como '*sem importância*' por conta da dependência. Orquídea traz uma reflexão significativa quanto ao estigma e criminalização da dependência com aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, que torna-se diferente com as classes abastadas.

Com relação às primícias da fala de Margarida, nota-se que houve uma experiência positiva com relação à Política de Saúde em seus primeiros atendimentos, porém quando houve a incidência do ocorrido, tornou-se desumanizado, uma vez que, houve um episódio de violência hospitalar, no qual Margarida foi amarrada. Sabe-se que ocorre o procedimento em caso de agitação para evitar lesões, porém não houve a instalação da sonda e a falta de higienização. Portanto, cabe o questionamento sobre tal procedimento invasivo e desumano, sendo que vai na contramão da dignidade humana. Por fim, quanto à Hortênsia, em sua colocação nota-se o distanciamento familiar e com sua saúde.

Entretanto, embora existam Políticas de Atendimento voltadas à população em situação de rua no município de Mogi Guaçu, observa-se que há uma rede de atendimento insuficiente para as demandas e tais ações remetem a um caráter imediatista e fragmentado, sem possuir intervenções preventivas. Quando abordamos sobre gênero, tal contexto torna-se complexo, uma vez que, são inexistentes políticas públicas voltadas para as mulheres que se encontram em situação de rua. Evidencia-se a necessidade de inovação quanto às formas de acompanhamento e reinserção

para que as mulheres em situação de rua possam ser atendidas na integralidade considerando suas especificidades.

5.2 Análise das entrevistas com Assistentes Sociais

Tendo em vista os aspectos relatados pelas mulheres em situação de rua, compreende-se a relevância de um parecer profissional quanto às políticas voltadas a este segmento social, bem como uma reflexão sobre gênero e serviço social, além das ações, desafios e possibilidades para a garantia de direitos destas mulheres.

Profissional 1: Amarílis tem 41 anos, com 10 anos de formação na área de serviço social e trabalha com políticas sociais voltadas à população em situação de rua há quatro anos.

Profissional 2: Azaléia tem 39 anos, com 10 anos de formação na área de serviço social e trabalha com políticas sociais voltadas à população em situação de rua há nove anos.

- **Parecer sobre gênero, vulnerabilidade social e serviço social**

Em consonância com o referencial teórico, o serviço social atua nas expressões da questão social, sendo atravessadas por relações de gênero. Entretanto, deve-se considerar que para uma análise fundamentada da dinâmica social e minimização das desigualdades de sexo, preconceito e violência, a categoria de gênero torna-se um instrumento fundamental para a profissão. “Deste modo, tal reflexão tem sua importância também por auxiliar no enfrentamento da desigualdade social, presente de maneira acentuada no sistema capitalista, o qual intensifica o patriarcado e a dominação de uns sobre os outros.” (SOUSA & MOURA, 2013, s/p)

- *Sobre a vulnerabilidade social acontece por diversas causas como: educação precária, dificuldade em conseguir trabalho, saúde e moradia, “exclusão social” que se dá por uma parcela da população, podendo incluir também as questões históricas, de raça, de gênero e de orientação sexual. [...] Sobre o Serviço social é uma profissão que atua com intervenções, baseiam-se em instrumentos e métodos multidisciplinares das ciências sociais para analisar e propor adequações nas diversas questões sociais das comunidades. Nós profissionais que atuam na profissão do serviço social somos responsáveis pela realização e*

pelo planejamento e execução de políticas públicas e programas sociais que promovam o bem-estar coletivo e a integração do indivíduo na sociedade. [...] É muito importante que nós assistentes sociais estejamos atualizadas e preparadas para atender a população LGBTI+ e sobre assuntos que envolvem sexualidade, gênero e identidade de gênero, garantindo que tenham seus direitos com base na equidade, ou seja, na busca da igualdade que considere as diferenças, lutamos pelo fim de injustiças, pela efetivação dos direitos sociais por uma sociedade justa, igualitária e emancipada. Nosso Código de Ética nos orienta para estarmos sempre empenhadas em eliminar quaisquer formas de preconceito e estimular os indivíduos sobre respeito à diversidade, procurando sempre com a realização de grupos sócios educativos para trabalhar à discussão das diferenças, inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Amarílis)

Nota-se que apenas a Profissional Amarílis que respondeu tal tópico, quanto a Azaléia optou por não responder. Assim como citado no referencial teórico, a profissão é marcada por diversos estigmas e práticas conservadoras que reforçam a ordem vigente. Sendo assim, cabe pontuar a importância da aproximação do serviço social com a categoria de gênero, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade capitalista e patriarcal e há pouquíssima teoria academicista, para estimular a reflexão e a atuação crítica sobre tal assunto na cotidianidade da profissão.

Desta forma, ao resgatarmos a gênese da profissão “a predominância de mulheres nas obras assistenciais era justificada na compreensão de uma suposta vocação natural delas para tarefas de caráter caritativo e educativo” (PATRIARCA & FORTUNA, 2018, p.115) reforçando os papéis socialmente impostos aos gêneros, além de atuar, majoritariamente, com mulheres na condição de população usuária de seus atendimentos, pois a maioria dos programas compreendidos nas políticas públicas de combate à pobreza têm como beneficiárias as mulheres.

Com relação à fala de Amarílis, houve a menção do Código de Ética profissional do/a Assistente Social, sendo este um instrumento importantíssimo da profissão e que norteia o fazer profissional baseado na eliminação de todo e qualquer tipo de preconceito, violência e desigualdade de gênero, visando uma sociedade justa e igualitária aos gêneros. Portanto, convém mencionar a relevância de tal documento, porém ainda há muito o que percorrer para a equidade de oportunidades e direitos.

- **Ações para a garantia de direitos às mulheres em situação de rua**

Diante do exposto, afirma-se a importância da atuação profissional do serviço social dentro das políticas sociais, visto que trabalham para a ampliação da garantia de direitos e para uma nova ordem societária livre de preconceito e dominação. Destarte, neste subitem há relatos sobre as ações e atribuições enquanto assistentes sociais, na atenção às mulheres em situação de rua.

- *Ações: Mediação para acesso destas à rede de serviços; atendimento direto para usuário por meio de acolhimento e acompanhamento diante de suas necessidades; garantir o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; promover ações para a reinserção familiar e comunitária. (Amarílis)*
- *As mulheres estão em menor número nas ruas comparado aos homens. Em um comparativo de atendimento na abordagem social, 93% são homens e 7% são mulheres. Não há um trabalho específico voltado a garantia de direito às mulheres. O serviço é oferecido para todas as pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares que possibilitem a construção de novos projetos de vida. Além de possibilitar acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais, atendimento com psicólogo, triagem para possível acolhimento e tentativa de reinserção no mercado de trabalho. (Azaléia)*

Nota-se que o relato de Amarílis se dá de forma ampla, explicitando várias possibilidades de ações com as mulheres em situação de rua. Sendo assim, o poder público possui políticas públicas, mas cada município se organiza de uma forma, e nos grandes centros que se encontra mais serviços voltados à este segmento social, além disso, não há um serviço específico para as mulheres que se encontram nesta situação, sendo este um aspecto simultâneo à fala de Azaléia, que denuncia a questão da invisibilidade. Afinal, a segregação social e política contra as mulheres produzem a invisibilidade destas como sujeito de direito. (LOURO, 1997).

Cabe pontuar que o Plano Individual de Atendimento é um instrumento imprescindível para a organização da oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social, elaborando de forma a possibilitar efetividade de suas ações e respeitando aos costumes, às tradições, à diversidade e especificidade com as pessoas em situação de rua. Sendo este utilizado por ambas as profissionais. Destaca-se na fala de Azaléia, que ao realizar o atendimento é considerado as especificidades e particularidades de cada usuário/a, respeitando a

sua autonomia, ou seja, a decisão e escolha são dos(as) usuários(as), uma vez que o acesso aos serviços de acolhimento se dão por demanda espontânea ou encaminhamento de outras políticas.

Evidencia-se ainda a atuação intersetorial relatado por Amarílis e Azaléia, que vão além dos limites de cada política setorializada, a fim de garantir os direitos dos usuários, mesmo diante de determinados desafios, nos quais examinaremos a seguir.

- **Desafios e possibilidades/potencialidades na atuação com as mulheres em situação de rua**

Diante do exposto nas entrevistas com as mulheres em situação de rua, nota-se que há entraves quanto à efetivação das políticas sociais e atuação profissional no que tange a questão de gênero e dependência de substâncias psicoativas, sendo necessária a reflexão e criação de estratégias para a garantia de direitos e dignidade humana ao situarmos a condição de gênero.

- *Um dos desafios é a garantia dos direitos individuais e sociais essenciais para que a mulher em situação de rua tenha sua emancipação intelectual, autopromoção e identidade, busca da felicidade e autodeterminação para as realizações pessoais. Pois a maioria delas vive em condições tão precárias, fazendo uso de álcool e drogas sendo submetidas a muitos tipos de violência, onde apanham com frequência do próprio parceiro que a protege. As mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção. As possibilidades e potencialidades está em pensar em uma política social para elas, não é somente com a construção de abrigos/albergues, mas locais que possam construir a oportunidade da mulher poder ser o que ela é. Para que assim possam cuidar de suas necessidades básicas tais como: cuidados com sua saúde, higiene pessoal, cuidados de beleza e oportunizar o retorno ao convívio familiar, restabelecendo vínculos familiares. (Amarílis)*
- *No que tange às abordagens sociais o maior desafio é a percepção de que elas se encontram em risco social. As pessoas que estão em situação de rua não percebem o contexto todo, devido ao uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas. Geralmente, devido à violência, carência afetiva, preconceito e indiferença elas se envolvem com companheiros que também estão em situação de rua, dificultando a possibilidade da saída das ruas. Contudo, elas também acabam sofrendo violência dos parceiros, por meio de agressão verbal,*

psicológica, material, física e sexual. Sobre as potencialidades, percebemos durante as abordagens que podemos incentivar a autoestima dessas mulheres, várias delas preservam a vaidade, contam sobre a família, sobre os filhos, onde trabalhavam. Neste momento criamos um vínculo mais forte com elas e como resultado elas aceitam nossas propostas para vencer a situação de rua. (Azaléia)

Compreende-se que os desafios citados pelas mulheres em situação de rua e pelas assistentes sociais, se traduzem majoritariamente na ineficiência quanto à articulação em rede das políticas sociais, pois as demandas dos(as) usuários(as) perpassam além do social. Além disso, a questão de gênero nas ruas torna-se perversa uma vez que, estão inseridas em um “espaço masculino”¹⁰. Seguindo este viés, Amarílis afirma que a questão da emancipação feminina torna-se demasiadamente complexa, uma vez que estão inseridas em um local de dominação masculina, e os recursos voltados à autonomia são limitados. A “dificuldade e crueldade se encerram no fato que, somado à sujeição da violência sexual, elas sofrem outros dois tipos de exclusão social anteriores à exclusão da situação de rua: são mulheres e pobres”. (LOPES, BORBA, REIS, 2003, p.51).

Azaléia reconhece que a questão da dependência de substâncias psicoativas potencializa os impasses na atuação profissional e nos riscos sociais às mulheres, sendo um aspecto citado por várias mulheres entrevistadas. Inclusive Margarida aponta que a objetificação de seu próprio corpo se dava através de seu próprio companheiro para adquirir substâncias psicoativas. Ou seja, a condição de gênero no segmento social fomenta as desigualdades sociais e de gênero, além de dificultar o acesso aos direitos sociais assegurados nas Políticas Sociais.

Simultaneamente, Amarílis e Azaléia relatam que a violência se situa como um tema transversal ao abordar sobre mulheres em situação de rua, sendo este um tópico presente de forma unânime com todas as entrevistadas. Sendo a violência não apenas interpessoal, mas as múltiplas violações de direitos das quais estão submetidas aos valores que instituem a sociabilidade machista e capitalista. (OLIVEIRA & MEDEIROS, 2015, p.267)

Quanto às possibilidades, Azaléia realiza uma abordagem social voltada ao incentivo à autoestima destas mulheres, que aproxima a profissional com as usuárias, com o intuito de conhecer as histórias de vida e os vínculos familiares para a superação

¹⁰ Expressão originalmente utilizada por Narvaz e Koller (2006).

da situação de rua e emancipação. Com relação ao relato de Amarílis, podemos destacar a necessidade de formulação de políticas sociais que atenda à especificidade das mulheres em situação de rua, visando a integralidade através de uma rede de cuidados e garantia de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção do presente estudo, realizamos alguns apontamentos históricos sobre a organização social patriarcal e capitalista, que perpassam a cotidianidade das mulheres em situação de rua. Identificamos, ao dissertar sobre esse determinado tema, uma transversalidade de violência(s), uma heterogeneidade desse segmento social e uma singularidade no processo de subjetivação deste contexto.

No tocante à questão de gênero, observa-se que a estrutura na qual a sociedade se fundamenta, constitui-se de desiguais relações de hierarquia e poder, sendo cristalizada e naturalizada através dos papéis sociais atribuídos aos gêneros. Sendo assim, apresentamos no decorrer do trabalho a organização social patriarcal como produto de uma construção social e cultural. Portanto, a violência torna-se um instrumento de manutenção do *status quo*.

Ao considerarmos a questão de gênero nas ruas, o cenário torna-se demasiadamente perverso, ao passo em que ser mulher circunscreve uma relevante condição de risco, através da subalternização determinada pelo constructo social. A abjeção articula-se ao preconceito, violência, silenciamento e invisibilidade, nas quais os discursos das entrevistadas aludem tal contexto.

Um elemento observado nas entrevistas é a relação com a consciência social destas mulheres, que após serem vítimas de um ato de violência, se posicionaram através do silenciamento e naturalização do fenômeno. Isto é consequência do sistema capitalista e patriarcal que transforma as relações sociais alienadas, além das políticas sociais neoliberalizantes que fomentam as disparidades sociais e de gênero.

Destarte, as políticas públicas e a profissão de serviço social são similarmemente atravessadas pela organização social patriarcal. Sendo assim, nota-se a necessidade de aproximação sobre a questão de gênero e seus rebatimentos na atuação profissional, uma vez que se configuram como uma das manifestações da questão social, dotadas de relações de poder e desigualdade.

Considerando que as políticas sociais são formas de enfrentamento às mazelas sociais, embora sejam fragmentadas, focalizadas e emergenciais, possuem um papel fundamental na ampliação da concepção de direito para as pessoas em situação de rua, que se concretizam em serviços e/ou por programas e benefícios socioassistenciais. Desta forma, cabe aos assistentes sociais promover o acesso às

políticas e a defesa da igualdade nas relações de gênero, postos como princípios do Projeto Ético e Político da Profissão.

Diante das reflexões no decurso deste estudo sobre Políticas Sociais, compreende-se que são inexistentes aquelas voltadas especificamente à questão de gênero e de prevenção à situação de rua. Destarte, há a imprescindibilidade da consolidação de uma rede entre as políticas com essas mulheres, visando o respeito à sua autonomia e assegurando-as como portadoras de direitos.

Nota-se que há um déficit na relação entre questão de gênero e serviço social, uma vez que, em sua gênese houve a associação da profissão com os determinados papéis sociais normativos aos gêneros. A problemática mostra-se evidente na recusa de uma entrevistada, sobre seu parecer de gênero e serviço social enquanto categoria profissional. Entretanto, constata-se a necessidade de apropriação desta temática por parte da profissão. Portanto, o objetivo inicial do presente estudo foi atingido, uma vez que houve a problematização dos papéis patriarcais normativos às mulheres construído socialmente, investigando as opressões de gênero nas ruas e explicitando o papel do Serviço Social frente a determinada realidade.

Dessa forma, gênero e violência decorrente das relações engendradas precisam ser discutidos de maneira a fomentar políticas públicas intersetoriais específicas para esta população, com o intuito de desvelar desigualdades. Portanto, futuras investigações se constituem fundamentais para o engajamento de um debate alicerçado na garantia de direitos e no campo de atuação profissional do serviço social.

Contudo, para que as mulheres e os homens alcancem o pleno desenvolvimento de seu potencial humano, deve-se eliminar não só a natureza hierárquica da divisão sexual do trabalho, mas sim a própria divisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos n.44, 2003.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **As moradoras de rua entram em cena**: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

ANNALES, ESC. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG**, v. 2, n. 1. Niterói, p. 7-30, 2000.

ARRUDA, Andressa Meneghel. **A vida nas ruas**: aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande - MS. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco, 2014

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**: Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, v. 2, 1975.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, (Biblioteca Básica do Serviço Social; vol. 2), 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de março de 2020.

_____. **Decreto-lei Nº 3.688, de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 7 de abril de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Mogi Guaçu**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mogi-guacu/panorama>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em: 5 de abril de 2020.

_____. Governo Federal. **Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. 2008. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaoouts/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em: 4 de abril de 2020.

_____. Ministério da Saúde. **População em Situação de rua e violência: uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017**. Boletim Epidemiológico, n. 14, v. 50, 2019. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS. 2004**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Disponível em: <file:///C:/Users/17282765/Downloads/Rua_Aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 5 de abril de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano**. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_Rua.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

_____. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2019. Disponível para download em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/download/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2019/>>. Acesso em 23 de abril de 2020.

CASAGRANDA, Melissa. **Dando visibilidade às mulheres moradoras de rua de Florianópolis.** (Trabalho de Conclusão de Curso), Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **O que é preconceito?** In Série Assistente Social no combate ao preconceito. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** 2008. Disponível em: <http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. População de Rua: Contextualização e Caracterização. Textos & **Contextos**. Porto Alegre, v. 4, n.1, p.1-15. Dezembro, 2005.

COSTA, Cláudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Editora UFSC, p. 691-703, 2005.

DANTAS, Mônica Lucia Gomes. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro:** Limites, Avanços e Desafios. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

Donas sem casa. **Jornal Boca de Rua**. Edição nº 59. Porto Alegre, junho de 2016. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/2016/05/05/numero-59/>>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. São Paulo: **Temas em psicologia da SBP**, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004.

FERTIG, Adriana. **História de vida de mulheres usuárias de crack.** (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o Gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143/139436>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

FORMIGA, Nilton; GOUVEIA, Valdinei; SANTOS, Maria Neusa dos. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan.-jun. 2002.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GARCIA, Carla Cristina. Estupro. Perspectiva de Gênero, Interseccionalidade e Interdisciplinaridade: A cultura do estupro e os novos bárbaros do patriarcado. **Lumen Juris**, Rio de Janeiro, p. 1-14, 2018

GIMBA, Marcelo de Freitas. **(Re)construindo laços e projetos: mulheres usuárias de crack, relações familiares e vulnerabilidades.** (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

GUEDES, Olegna de Souza. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese no Serviço Social brasileiro – 1930/1940.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

HERMAN, Dianne. **The rape culture.** In: FREEMAN, J. (Ed.). Women: a feminist perspective. 3. ed. CA: Mayfield, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.* Brasília: Grafile, ano 2, n. 3, jan./jul., 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In: Serviço Social e saúde formação e trabalho profissional.* 3. ed. São Paulo/Brasília: Cortez, p. 1-37, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JÚNIOR, José Geraldo Simões. **Moradores de rua.** São Paulo: Polis, n. 7, 1992.

LERNER, Gerda (1986) **The Creation of Patriarchy.** Nova Iorque/ Oxford, Oxford University Press.

LIMA, Tatiane. **A origem da opressão às mulheres está na divisão da sociedade em classes.** 2015. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/A-origem-da-opressao-as-mulheres-esta-na-divisao-da-sociedade-em-classes>>. Acesso em: 10 de março de 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálysis.** Florianópolis v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOPES, Lucia. 1 Congresso Nacional do Movimento da População de Rua - Pelo direito à vida e dignidade da população em situação de rua. **CFESS Manifesta.** Brasília. Março, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

LOPES, Roseli; BORBA, Patrícia; REIS, Tiy. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, v. 11, n. 1, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: **Vozes**, RJ, 1997.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: Objeto do Serviço Social?. **Serviço Social em Revista**, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina v. 2, n. 1, p. 39-47, Jul./Dez.1999.

MACHADO, Mayk Diego Gomes da Glória. **Mulheres no contexto de rua: A questão do gênero, uso de drogas e a violência**. Faculdade de educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Cronos**, v. 11 n. 2, p. 163-173, 2010.

MILLET, Kate. **Sexual politics**. New York: Doubleday & Company, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-292, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, Jan./Mar., 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. 20. ed., . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MONTEIRO, Flávia Kelly Vasques. **A exclusão social de mulheres moradoras de rua**: questões de gênero e políticas sociais. Chile, p. 117-127, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Silva69/publication/313425442_TERRITORIOS_GENERO_TRABAJO_y_POLITICAS_PUBLICAS_EN_AMERICA_LATINA_CHILE_-_2015/links/589a12e5a6fdcc32dbdeee9c/TERRITORIOS-GENERO-TRABAJO-y-POLITICAS-PUBLICAS-EN-AMERICA-LATINA-CHILE-2015.pdf#page=117>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Trad. de Hortênsia Moreno. **Debate Feminista**. Número especial: cidadania e feminismo, p. 29-47, 1999.

MURARO, Rose Marie. **A mulher do terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro.** 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2002.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In* Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional, editado por Ana Elizabete Mota *et al.*, São Paulo: **Cortez**, p. 141- 160, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da questão social. *In* **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Gráfica Grafline, Brasília, 2. ed, n. 3, p. 41-50, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **ABEP.** Minas Gerais: Caxambu, p. 1-12, 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Graciele Cadahaiane; DELL'AGNOLO, Cátia Millene; BALLANI, Tanimaria da Silva Lira; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. Consumo abusivo de álcool em mulheres. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 60-68, 2012.

PATRIARCHA, Taynara Fitz; FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social. Revista: **Ex Aequo**, n. 37, p.113-128, 2018. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/ordem-patriarcal-de-genero-mediacao-e-servico-social>>. Acesso em 6 de maio de 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação?. *In*: **Debates Sociais.** Rio de Janeiro: CBCISS, n. 57, p. 65-72, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas & questões.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressões da Questão Social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Libertas**: Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 179-205, Jul.-Dez., 2009.

PINTO, Regina Maria Prado; GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro. **Trabalho e população em situação de rua**: uma análise à luz da questão social. In: VIII Jornadas Internacional de Políticas Públicas Maranhão. UFMA, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituaocaderuaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>>. Acesso em: 8 de abril de 2020.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n.1 Edições, 2017

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão** - As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. CFESS. Brasília, v. 2. 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>>. Acesso em: 3 de março de 2020.

ROSA, Anderson da Silva; Brêtas, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**: Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015.

ROSSI, Laura Barbosa. A violência policial como infração a dignidade das pessoas em situação de rua. **Law and Social Science**: Santa Cecília, v. 4, n. 1, p. 49 - 65, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 1. ed., 2012.

SANTOS, Sílvia. A palavra da mulher vítima de violência sexual. **Lumen Juris**, Rio de Janeiro, p. 15- 32, 2018.

SARMENTO, Caroline Silveira. **O gênero na rua**: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. (Trabalho de conclusão de curso em ciências sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre, jul./dez, 1995.

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em cena**: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SOUSA, Delles de Lean Rodrigues de; ARAÚJO, Jéssica Aparecida Lima. **Feminismo contemporâneo**: as mídias sociais como ferramentas de resistência. 2018. Disponível em:

<http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/delles_de_lean_rod_rigues_de_sousa.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2020.

SOUSA, Franciele Santana de; MOURA, Maria Aparecida Garcia. **Uma discussão acerca da questão de gênero e o serviço social**. Maranhão, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/umadiscussaoacercadaquestaodegeneroeoser_vicosocial.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e Capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, n. 30, p. 475- 494, jul./dez. 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua – entre violências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na rua: espaços e vivências**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

TOLEDO, Andressa Andriely. **Violência Doméstica contra a mulher: Fatores acerca de sua permanência com o autor da violência**. (Trabalho de conclusão de curso em serviço social), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: Quem é, como vive, como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. *In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: **CEAD**, p. 89-99, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: Graffline, n. 3, p. 33-40, jan./jun., 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade. *In: Curso de Capacitação de Gestores Sociais*. São Paulo: **IEE**, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/377494558/Carmelita-YazbekQUESTAO-SOCIAL-pdf>>. Acesso em: 31 de março de 2020.

ANEXOS

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo, referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM MOGI GUAÇU: Uma análise sob a ótica de gênero.”, sob a responsabilidade da aluna Victoria Urbini e orientado pela Profa. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, desenvolvido através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informado(a), ainda, de que poderei contatar/consultar a orientadora, a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone: (19) 3343-7019 ou e-mail fss.cchsa@puc-campinas.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) sobre os objetivos estritamente acadêmicos do estudo que, em linhas gerais são a análise da população em situação de rua e o papel do Serviço Social na efetivação das políticas sociais.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

A aluna responsável pela pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____.

Assinatura da aluna: _____.

Anexo B: Formulário Semiestruturado

1) Conte-me sobre você

Qual seu nome?

Qual a sua idade?

Onde nasceu?

Qual seu estado civil?

Qual sua profissão atualmente?

2) Como é ser mulher nas ruas?

Você se sente em desvantagem/inferior com relação aos homens em situação de rua?

Por quê?

Já teve algum companheiro para se proteger?

3) Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito ou violência?

() Xingamentos?

() Violência física?

() Violência Patrimonial?

() Violência sexual?

4) Você denunciou? Por quê?

5) Para você a rua é um espaço apenas de perdas ou de ganhos?

6) Qual foi a experiência que você teve/tem com os serviços de assistência social e saúde?

Foram experiências boas ou ruins?

Conte-me sobre os serviços que você utilizou.

Anexo C: Questionário Semiestruturado (Profissional de Serviço Social)**1- Conte-me sobre você**

Qual sua idade?

Tempo de formação?

Quanto tempo trabalha com políticas sociais voltadas à população em situação de rua?

2- Qual seu parecer sobre gênero, vulnerabilidade social e serviço social?

3- Quais as suas ações e atribuições para a garantia de direitos às mulheres em situação de rua?

4- Quais são os desafios e possibilidades/potencialidades na atuação com as mulheres em situação de rua?